



VERDE-OLIVA

Exército Brasileiro

BRASÍLIA-DF • ANO XXXVIII • Nº 205 • ABR/MAI/JUN 2010

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO



O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS 50 ANOS DE BRASÍLIA

Colégio Militar de Manaus
vence IMS Global (EUA)

A construção do
Quartel-General do Exército



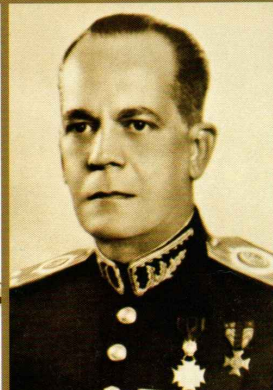
MILITARES DECISIVOS NA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL



Tenente-Coronel Luiz Cruls



General Djalma Polly Coelho



General Aguinaldo Caiado de Castro



Marechal José Pessoa



Coronel Ernesto Silva

Financiamento Imobiliário

POUPEX

Sua casa própria em 1º lugar

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Mais informações: 0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FINE DO DISTRITO FEDERAL - ESCDF

QGEx - Bl. "H" - Térreo (SMU) - 70630-901
Brasília-DF - Fone (61) 3225.3932 - Fax (61) 3415.5459

POUPEX Associação de Empunção e Poupança
poupex.com.br



Editorial

Verde-Oliveira - Ano XXXVIII - Nº 205 - Abr/Mai/Jun 2010

Prezado leitor,

Esta edição da Revista Verde-Oliveira reveste-se de um caráter particular e especial: é uma homenagem ao consentâneo da Capital Federal do Brasil. Antigo sonho de brasileiros com rara visão de futuro, que vislumbravam as vantagens de interiorização da Capital do País. Hoje, Brasília é uma realidade, fruto de muito envolvimento e trabalho. Para a consecução plena de tão ambicioso projeto, idealistas empenharam-se de corpo e alma, e o Exército, como Instituição presente em todos os momentos decisivos da história da Pátria, fez parte ativa do planejamento de mudança, da escolha do local e da realização dessa magnífica obra urbana. Hoje Patrimônio Cultural da Humanidade e centro das decisões que norteiam os destinos dos brasileiros.

Esse projeto de interiorização da Capital do Brasil começou a tomar corpo no século XIX, no idealismo de José Bonifácio, que é aqui homenageado como "Personagem de Nossa História", e na campanha de Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e oficial do Exército Imperial. A Carta Magna de 1891 já previa, inclusive, a localização do futuro Distrito Federal no Planalto Central, a partir de uma emenda do constituinte e também oficial do Exército Laura Müller.

O projeto começa, de fato, a materializar-se e consolidar-se com os

trabalhos das Comissões Exploradoras do Planalto Central, chefiadas pelo Tenente-Coronel Lutz Cruls.

Pouco tempo depois, o General Djalma Poly Coelho e, em seguida, o General Aginaldo Caiado de Castro também dão suas imprescindíveis contribuições para a escolha definitiva do local de construção do Distrito Federal e a concretização do distante sonho da interiorização da Capital do Brasil, levado a cabo pela visão de futuro do Presidente Juscelino Kubitschek. Desse grandioso projeto participa até mesmo o Marechal José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras. Já na reserva, o marechal é convocação pelo Presidente Café Filho para presidir uma nova Comissão de Planejamento e Localização da Nova Capital Federal. Outro importante militar na concretização desse ideal é o adjunto e futuro ajudante de ordens do Marechal José Pessoa, Coronel Ernesto Silva, que viria a se tornar um dos pioneiros da cidade.

Um pouco mais da história de Brasília e do Brasil vai surgindo nas matérias "O Sítio Castanho", local onde está a nova Capital; "Exército Revitaliza Carne de Jê", importante trabalho feito por uma unidade militar para a preservação da nossa memória histórica; "Marcha Bahia-Brasília", símbolo da união do passado com o futuro, com uma marcha militar partindo de Salvador - primeira Capital do Brasil - e chegando ao Planalto

Central para a cerimônia de inauguração da Capital do futuro. As unidades militares sediadas na cidade, cujas histórias entrelaçam-se com a vida de Brasília, também contam aqui parte de sua trajetória e evolução lado a lado com as demais instituições brasilienses.

Como tema recente, conheça um pouco sobre o bom rendimento dos nossos atletas militares nas competições internacionais, o que nos leva a esperar resultados alvissareiros nos 5º Jogos Mundiais Militares 2011, maior evento esportivo militar, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro.

E, como mais uma demonstração de qualidade e visão de futuro da Força Terrestre, podemos tomar conhecimento do excelente trabalho realizado pelo Colégio Militar de Manaus, vencedor, nos Estados Unidos da América, do Impact Learning Awards. Os expressivos resultados obtidos por cada um dos Colégios Militares, em resposta aos desafios do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM 2009), ratificando a excelência da educação alicerçada nos valores do Exército Brasileiro. Tenham todos uma prazerosa leitura.


Gely Bda Carlos Alberto Neiva Barcellos
Chefe do CCOMEX

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMEX)

Chefe do CCOMEX:

Gen Bda Carlos Alberto Neiva Barcellos
Subchefe do CCOMEX:

Col Inf GENA Kepler Santos do Oliveira Bastos
Chefe de Produção e Circulação:

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Cav GENA Falcão Souto Martins

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Inf Jefferson dos Santos Malta

Col Cav GENA Falcão Souto Martins

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Inf Jefferson dos Santos Malta

Col Cav GENA Falcão Souto Martins

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Inf Jefferson dos Santos Malta

Col Cav GENA Falcão Souto Martins

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Inf Jefferson dos Santos Malta

Col Cav GENA Falcão Souto Martins

Col Cav GENA Wertz Pires do Nascimento

Col Inf Jefferson dos Santos Malta

PROJETO GRÁFICO

1º Ten CAV Gen Cleber Leite Rodrigues

1º Ten OTT Alina Sanchotona Alves

1º Ten CCO Karla Roberto Holanda Gomes Moreira

1º Ten CAV Gen Eduardo Augusto de Oliveira

ST Inf Palenberg Pires de Aguiar

1º Ten CAV Gen Cleber Leite Rodrigues

1º Ten OTT Alina Sanchotona Alves

1º Ten CCO Karla Roberto Holanda Gomes Moreira

1º Ten CAV Gen Eduardo Augusto de Oliveira

ST Inf Palenberg Pires de Aguiar

1º Ten CAV Gen Cleber Leite Rodrigues

1º Ten OTT Alina Sanchotona Alves

1º Ten CCO Karla Roberto Holanda Gomes Moreira

1º Ten CAV Gen Eduardo Augusto de Oliveira

ST Inf Palenberg Pires de Aguiar

1º Ten CAV Gen Cleber Leite Rodrigues

1º Ten OTT Alina Sanchotona Alves

1º Ten CCO Karla Roberto Holanda Gomes Moreira

1º Ten CAV Gen Eduardo Augusto de Oliveira

ST Inf Palenberg Pires de Aguiar

1º Ten CAV Gen Cleber Leite Rodrigues

1º Ten OTT Alina Sanchotona Alves

1º Ten CCO Karla Roberto Holanda Gomes Moreira

FOTOGRAFIA

André CORREIA

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcelo dos Santos Oliveira

RFOFMS 3199

PERIODICIDADE

Trimestral

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel-General do Exército - Bloco B - Térreo

70030-901 - Setor Militar Urbano - Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-6514 - Fax: (61) 3411-4339

redacao@exercito.gov.br

Disponível em PDF na página eletrônica

www.exercito.gov.br

NOSSA CAPA



Vista aérea do
Quartel-General do Exército
(Brasília-DF)

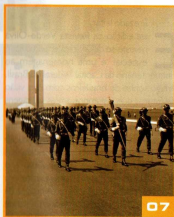
É permitida a reprodução de artigos, desde que citada a fonte, exceto de matérias que contiverem indicação em contrário.



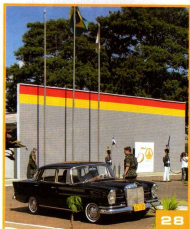
Sumário

Acompanhe nesta Edição

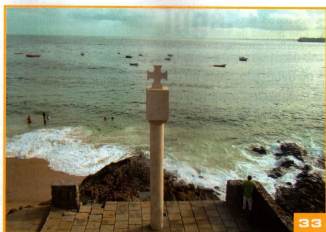
- 07 O Exército e a mudança da Capital Federal
- 10 Luiz Cruls – Um grande brasileiro
- 12 General Djalma Polly Coelho e a interiorização da Capital do Brasil
- 14 General Aguiinaldo Caiado de Castro e a escolha do local para a nova Capital
- 16 Marechal José Pessoa – O Cidadão, o Chefe Militar e o Idealista
- 21 Coronel Ernesto Silva – O Militar, o Cidadão e o Pioneiro
- 24 O Sítio Castanho
- 28 Exército Brasileiro revitaliza carro de JK



07

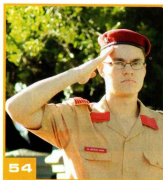


28



33

Marco de Fundação da cidade de Salvador-BA



54

- 29 Marcha Bahia-Brasília
- 34 Nossas Organizações Militares Cinquentenárias de Brasília
- 40 6ª Companhia de Guardas – As primeiras raízes verde-oliva no Planalto Central
- 42 Batalhão da Guarda Presidencial – 187 anos de História, 50 anos em Brasília
- 47 Construção do Quartel-General do Exército
- 50 O Exército no cenário esportivo – De olho nos Jogos Mundiais Militares
- 54 Sistema Colégio Militar é destaque no ENEM 2009
- 55 Colégio Militar de Manaus recebe prêmio internacional
- 58 Personagem da Nossa História – José Bonifácio de Andrada e Silva



Espaço do Leitor

redacao@exercito.gov.br

“Tivemos imensa satisfação ao ler, na última página da **Revista VO** nº 203, uma merecida e oportuna homenagem ao Coronel **ME Nei Paulo Panizzutti**. Somos da mesma turma e o Coronel **Panizzutti**, ex-cadete nº 736 da AMAN, é um exemplo extraordinário por tudo o que foi e fez ao longo da vida. Nossos cumprimentos a toda a equipe do **CCOMSEX** por essa iniciativa tão feliz!”

General Nialdo N. de Oliveira Bastos
Campinas-SP

“Quero manifestar minha satisfação e apresentar as minhas sinceras felicitações pelo excelente trabalho produzido pela equipe da **Revista Verde-Oliveira**. Considero ser este o único vínculo pelo qual me manterei em contato com o nosso valoroso Exército Brasileiro.”

Valderrobson Pedro da Silveira
Cabo da Reserva
Bezerros-PE

“Eu acho muito interessante a **Revista Verde-Oliveira**. Tem boas informações e gostaria de receber um exemplar da publicação.”

Thiago Roger Ferreira Cardoso
Belém-PA

“Se possível, solicito que seja incluído meu nome como assinante da **Revista Verde-Oliveira**. Esta publicação é o melhor veículo para que boa parte da população tome conhecimento das atividades do Exército. Agradeço desde já.”

Eduardo Freire Contreras
Juiz de Direito
Macapá-AP

“Como leitor da **Revista Verde-Oliveira** e colecionador de insígnias, broches, distintivos e boas das Forças Armadas do mundo inteiro, coloco-me à disposição para trocar correspondência com colecionadores brasileiros que tenham o mesmo interesse que eu. Isso é muito especial para mim. Obrigado pelo apoio.”

Col. Chester Wójcik
J. Opetola. 1634-78
CZ-434 01 Most
Czech Republic (EU)

“Olá, prestei meu Serviço Militar Obrigatório no 12º Batalhão de Engenharia de Combate, em Alegrete-RS, no ano de 2003. Lá, tive acesso à **Revista Verde-Oliveira** pela primeira vez. Alguns anos se passaram e agora, casualmente, tomei conhecimento de que a revista tem distribuição gratuita no Brasil e no exterior. Gostaria muito de ser contemplado com a assinatura da revista. Desde já, muito obrigado. Aguardo resposta.”

Anderson Ujaco

“Como reservista do Tiro de Guerra da 7ª Região Militar (TG-07.015), gostaria de saber se há possibilidade de receber a **Revista Verde-Oliveira**.”

Sou estudante do curso de Administração da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e pretendo prestar o concurso da Escola de Administração do Exército, para, assim, poder seguir carreira nesta Organização que tanto me fascina.

Obrigado a todos que fazem parte da Revista.”

Bartolomeu Pereira Júnior
Maceió-AL

Como Leitor,

Este espaço é reservado para as suas impressões sobre a Revista Verde-Oliveira. Envie também sugestões de matérias para serem publicadas nas próximas edições, afinal, a sua opinião é de grande importância. Contamos com a sua participação!

Equipe Verde-Oliveira

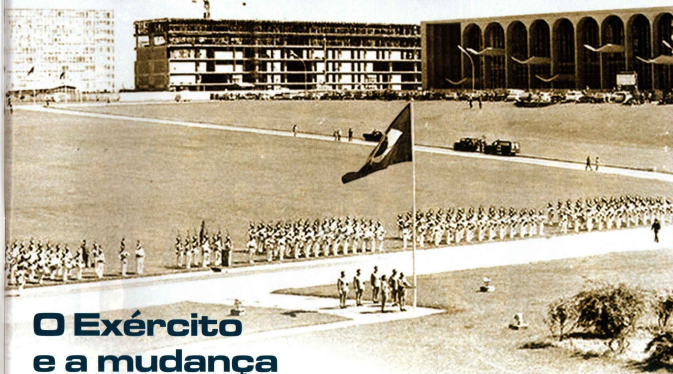
O Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os 5º Jogos Mundiais Militares. Promovidos pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), os Jogos visam desenvolver a amizade e a solidariedade nas relações entre as Forças Armadas dos países participantes.

O evento acontece a cada quatro anos, sempre no ano anterior aos Jogos Olímpicos. É a primeira vez que o continente americano será sede dos Jogos. As competições serão disputadas de 16 a 24 de julho de 2011 e contarão com a presença de 6 mil atletas de 110 países, que disputarão um total de 20 esportes, 15 deles olímpicos. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras são responsáveis pela realização e organização.

O CISM foi criado logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1948, e surgiu dentro de um espírito pacifista e de integração das nações. A entidade congrega 133 países-membros, reunindo mais de um milhão de atletas militares ao redor do mundo, sendo a terceira entidade desportiva do planeta.

A primeira edição dos Jogos Mundiais Militares foi realizada em Roma, na Itália, em 1995, celebrando os 50 anos do fim da 2ª Guerra Mundial. A segunda edição foi em Zagreb, na Croácia, em 1999. Os Jogos voltaram para a Itália, em Catânia, e a última edição foi realizada em Hyderabad, na Índia no ano de 2007.

RIO 2011 5º JOGOS MUNDIAIS MILITARES DO CISM



Abertura do Congresso Nacional em 1972

O Exército e a mudança da Capital Federal

Brasil, "a Capital da Esperança", é fruto do idealismo de pró-homens como **José Bonifácio**, que lhe sugeriu o nome, e da férrea determinação em construí-la, do Presidente **Juscelino Kubitschek**.

Outros insignes patriotas também muito contribuíram para que hoje, majestática, em excepcional região geoestratégica – o Planalto Central Brasileiro – se encontrasse Brasília, a "Cidade Monumento", tombada pela Organização das Nações Unidas, em 1987, como "Patrimônio Cultural da Humanidade".

É nosso intuito relembrar, de forma assaz breve, a saga de militares do Exército, precursores da mudança da capital brasileira, mencionando os seus respeitáveis nomes.

Impende lembrar, inicialmente, que o ilustre historiador **Francisco Adolfo de Varnhagen**, também tenente-coronel do Corpo de Engenheiros de nosso Exército Imperial, cujo nome consta dos "almanacs" da Força, desencadeou, no século passado, vigorosa campanha pela mudança da Capital para o Planalto Central, área por ele percorrida, ficando célebre o ofício que enviou, em 1877, da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa-GO), ao Ministro da Agricultura, exposto as vantagens da dita mudança.

Entretanto a primeira medida efetiva visando à interiorização da capital da República somente se concretizaria por força do texto da Constituição de 1891, em decorrência de uma emenda constitucional, de autoria do constituinte, Tenente do Exército **Lauro Müller**.

Em maio de 1892, foi criada uma comissão para explorar o

Planalto Central, região prevista na citada Carta Magna de 1891, com vistas à localização do futuro Distrito Federal. Tal comissão foi chefiada pelo engenheiro belga, naturalizado brasileiro, Diretor do Observatório Astronômico e Major Honorário do Exército, Dr. **Luiz Cruls**, e procedeu à demarcação, durante nove meses, do que ficaria conhecido como quadrilátero **Cruls**.

Em 1893, no governo do Marechal **Floriano Peixoto** – o brasileiro mais entusiasmado pela transferência da Capital – foi formada nova comissão, sendo **Cruls** outra vez chamado para chefá-la, com a incumbência de escolher, na região anteriormente demarcada, a definitiva área do futuro município neutro; os trabalhos, iniciados em 1894, foram interrompidos, por dificuldades financeiras, em 1897, quando do governo de **Prudente de Moraes**.

Resalte-se que quase todos os componentes das duas comissões eram militares ou servidores civis do Exército. Assim, o relacionamento com o Dr. **Cruls** era excelente, máxime porque ele fora 1º Tenente do Exército da Bélgica, e Major Honorário de nosso Exército e lente da Escola Superior de Guerra (escola de formação de oficiais do Exército, que não deve ser confundida com a atual ESG), tendo inclusive recebido, em 1895, a honorificância de Tenente-Coronel Honorário do Exército Brasileiro. A Comissão Exploradora, de 1892, era basicamente militar, tanto que dezesseis dos seus vinte e dois membros eram oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra, isso sem contar o contingente de apoio e segurança, também da Força. Entre os oficiais que serviram sob as ordens de **Cruls**, merecem ser citados



Membros da Comissão Cruzs, Pirenópolis-GO, 1892

o Major médico **Pedro Gouvea**, o Capitão **Pedro Carolino de Almeida** e os Tenentes **Augusto Tasso Fragoso**, **Hastimipio de Moura**, **Antônio Cavalcanti de Albuquerque** e **Alípio Gama**.

Hoje, o antigo nome de **Luiz Cruzs** foi resgatado pelo Exército Brasileiro, que concedeu, em 1999, à 11ª Região Militar, sediada em Brasília, a denominação histórica de "Região Tenente-Coronel **Luiz Cruzs**" e respectivo estatutário histórico.

Após a interrupção dos trabalhos da segunda Comissão Cruzs, o assunto da mudança ficou esquecido. Isso se deveu, fundamentalmente, ao saneamento e à modernização do Rio de Janeiro e às concomitantes restaurações das fortalezas daquela cidade e reequipamento da Marinha, ocorridos no princípio do século, além da evolução tecnológica dos meios bélicos (misséis, principalmente, de 1946 a 1960), o que invalidava, em parte, as estratégias de defesa da Capital da República. Diga-se, por ilustração, que a Constituição de 1946 restabeleceu o artigo referente à mudança da Capital Federal para o Planalto Central, eis que havia sido suprimido pela Constituição de 1937.

Somente em 1946, o assunto voltou à baila, quando o Presidente, General **Eurico Gaspar Dutra**, constituiu uma comissão de estudos para a localização da nova Capital, cuja chefia coube ao General **Djalma Poly Coelho**. O relatório da comissão ficou pronto em agosto de 1948 (concluiu-se pela manutenção, com algumas modificações do "quadrilátero Cruzs" e foram demarcados cinco sítios, nominados por cores, tendo sido escolhido, posteriormente, o "Sítio Castanho").

Em 1953, forma-se a Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo General **Agnaldo Caiado de Castro**, Chefe da Casa Militar do Presidente **Vargas**, que cumpriu,

integralmente, os objetivos previstos, mormente um minucioso levantamento fotogramétrico dos cinco sítios escolhidos pela Comissão **Poly Coelho**.

Em 1955, convidado pelo Presidente **Café Filho**, assume a presidência da mencionada comissão o General **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**. A comissão foi responsável pela exata escolha do local, onde hoje, portentosa, se ergue Brasília. Nesse ano, partem de Formosa-GO, em um comboio de seis jeeps, o General **José Pessoa**, o Governador de Goiás, em exercício, **Bernardo Sayão**, o notável geopolítico **Marechal Mário Travassos** e o Capitão **Ernesto Silva** (saudoso "Pioneiro do Artes"), Ajudante de Ordens do General **José Pessoa**. A comitiva passa por Planaltina e chega, após 4 horas de viagem, à parte mais elevada do Sítio Castanho, atrás de onde hoje se encontra o "Memorial JK", ato histórico que caracterizou a escolha do pré-citado Sítio para a construção de Brasília. Muito importante é dizer-se que, por solicitação do General **José Pessoa**, o então Governador de Goiás, **José Ludovico de Almeida**, exarou um decreto declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social toda a área onde se sediará o Distrito Federal. A tarde de 30 de abril de 1955, um sábado, reuniram-se o Governador **José Ludovico** e o General **José Pessoa**, para acerto de detalhes do decreto, linhas atrás referido, o qual foi assinado no dia seguinte, 1º de maio, com data de 30 de abril, causando grande surpresa, mas impedindo a especulação imobiliária que adviria, caso esse ato legal fosse do conhecimento prévio da população. **José Pessoa**, acendrado patriota e idealista, assim antevia o radioso futuro do Planalto Central: "O altopiano brasileiro sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era



Tenente-Coronel Francisco Adolfo de Vornhagen

aurifera de São Paulo e Minas e não tenhamos dúvida de que o mesmo acontecerá, num futuro próximo, com aquele Planalto; será com sangue novo que lhe faremos o povoamento e a grandeza..."

Por derradeiro, frise-se que, em 1956, quando se iniciou a construção da Capital Federal, as primeiras moradas de Brasília, as dos candangos, foram as barracas verde-oliva do Exército, trazidas em enorme quantidade para o Planalto, por ordem pessoal do Ministro da Guerra, General **Henrique Lott**; outrossim, ele deu prioridade máxima à construção de quartéis, determinando a imediata criação/instalação da 6ª Companhia de Guardas, a primeira Organização Militar do Exército na Capital Federal, porquanto era um ardoroso admirador do obstinado ânimo do Presidente **Juscelino**, como nos ensina o mérito historiador, Dr. **Jarbas Silva Marques**. Aduz-se que os indivíduos nomes de **Floriano Peixoto**, **Tasso Fragoso**, **Erico Dutra** e **José Pessoa** são denominações históricas de Organizações Militares do Exército Brasileiro. Mais recentemente, outras denominações foram concedidas para a 11ª Região Militar, de Brasília-DF: "Região Tenente-Coronel **Luiz Cruzs**"; para a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cristalina-GO, "Brigada Visconde de Porto Seguro" (que é o título nobiliárquico do Tenente-Coronel e historiador **Francisco Adolfo de**

Varnhagen) e para o 11º Depósito de Suprimentos, de Brasília-DF, "Depósito Marechal **Mário Travassos**", organizações aquarteladas no Planalto Central Brasileiro, cujos patronos tanto contribuíram para a criação de Brasília.

Eis, em síntese, mesmo que imperfeita e incompleta, o que foi, através de várias épocas, a participação do Exército, pelo benemérito labor de alguns de seus abnegados integrantes, na mudança da Capital do País, inaugurada em 21 de abril de 1960 e consolidada nos governos subsequentes. De **Varnhagen**, ainda ao tempo do Império, a **Lauro Müller** e **Floriano Peixoto** (que efetivou as primeiras medidas para a transferência), passando por **Cruzs** até o General **Dutra** (que retomou o idealismo mudancista) e deste a **Polly Coelho**, **Caiado de Castro**, **José Pessoa**, **Mário Travassos**, **Ernesto Silva** e **Lott**, muito foi feito pelo invicto e glorioso Exército Brasileiro, com vistas à materialização do sonho de interiorizar-se a Capital do Brasil.

Es por que os militares da Força Terrestre Brasileira, desde sempre, ufanam-se em pertencer "à mais lúdima e representativa das instituições nacionais – o verdadeiro Índice do povo brasileiro", no dizer do inesquecível sociólogo **Gilberto Freyre**.



Tenente do Exército Lauro Müller

MANOEL SORIANO NETO

Historiador militar, ex-Chefe do Centro de Documentação do Exército



Presidente Juscelino Kubitschek – Inauguração de Brasília – 21 de abril de 1960

Luiz Cruls

Um grande brasileiro

“ Brasileiro por opção, foi soldado, viveu entre soldados, conviveu com soldados, tornou-se um deles. Alma de soldado, soube cumprir missões. Aprendeu a amar a nova Pátria. Aqui casou. Aqui deixou descendentes. Aqui repousa. Morreu pelo Brasil.”

General Hans Haltemberg

Assim se referiu a **Luiz Cruls** o historiador militar General **Hans Haltemberg**. Porém este brasileiro por opção nasceu em Diest (Bélgica) e morreu em Paris (França), vítima de má-lua e beribéri, doenças adquiridas no Brasil.

Luiz Cruls chefiou, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que passou à história como “Missão Cruls”, responsável pela demarcação do quadrilátero que originou o atual Distrito Federal.

Durante 32 anos, construiu a sua vida científica na condição de brasileiro naturalizado, tornando-se reconhecido internacionalmente e contribuindo para a inserção da Astrofísica no Brasil.

Por ser engenheiro militar, exerceu o magistério durante 19 anos, contribuindo para a formação de várias turmas de oficiais do Exército Brasileiro.

Entusiasmado e patriota, realizou inúmeros trabalhos, inclusive no exterior, em benefício do Brasil, destacando-se na busca das nascentes do rio Javari na região amazônica.

O amor pelo Brasil

Nascido em 21 de janeiro de 1828, em Diest, província de Brabant, na Bélgica, ingressou na Escola de Engenharia Civil da Universidade de Gand, em 1863, concluindo o curso em 1868.

Admitido no Exército Belga, como 1º Tenente, demitiu-se e, em 1872, embarcou para o Brasil, a bordo de um pequeno vapor, em Bordeaux, influenciado pelos brasileiros que foram seus colegas na Escola de Engenharia.

Durante cerca de 20 dias de viagem, conheceu **Joaquim Nabuco** e **José Bento Martins**, importantes amigos que, futuramente, propiciaram um contato direto com o Imperador **D. Pedro II** e uma aproximação com o também engenheiro **Buarque**

de **Macedo**, Diretor Geral do Ministério dos Trabalhos Públicos.

Na sua primeira missão, **Buarque de Macedo** o nomeou membro da comissão encarregada de elaborar a Carta Geral do Império e Levantamento do Município Neutro, que veio a originar, na República, o Distrito Federal, unidade federativa diferenciada onde hoje se encontra a cidade de Brasília.

Entre as mais importantes e conhecidas missões que **Luiz Cruls** desempenhou no território brasileiro, estão as duas comissões realizadas para exploração e demarcação da área onde hoje se encontra o Distrito Federal.

A Comissão Exploradora do Planalto Central (1892) objetivou explorar a área que constituintemente era prevista para a fixação da futura Capital do Brasil. Durante quase nove meses, permaneceu nos trabalhos de demarcação da área, a qual ficaria conhecida como “Quadrilátero Cruls”. Essa comissão era constituída por astrônomos e engenheiros militares, seus ex-alunos da Escola Superior de Guerra.

A segunda comissão – “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” –, aconteceu em 1894, e destinou-se a escolher, na região demarcada anteriormente, a área definitiva da Capital Federal.

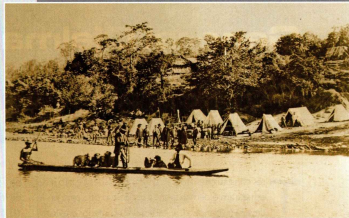
Cruls era reconhecido

internacionalmente pelos profundos conhecimentos na área de astronomia, obtendo os títulos necessários para ser admitido como Astrônomo-Ajuado do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Apresentou teorias sobre a dimensão da Estrela Solar e do planeta Mercúrio, após relevantes pesquisas sobre o movimento de planetas e analisou a superfície do satélite lunar.

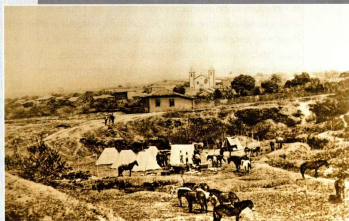
Em 1882, a astronomia brasileira viveu um momento de grande prestígio internacional, quando **Cruls** descobriu um cometa que leva o seu nome, recebendo o Prêmio Vals da Academia de Ciências



Tenente-Coronel Luiz Cruls
Patrono da 11ª Região Militar



Acampamento às margens do rio Paranaíba, 1892



Acampamento junto a Santa Luzia (Luziânia-GO), 1892

de Paris. Suas pesquisas o levariam a introduzir a Astrofísica no Brasil, quando aproveitou o trânsito de Vênus sobre o Sol, e pôde então medir a distância da Terra até o Sol, centro do sistema planetário em que vivemos.

Como engenheiro militar, foi professor de Astronomia e Geodésia da Escola Superior de Guerra. Difundiu seus conhecimentos por 19 anos, contribuindo para a formação de várias turmas de oficiais do Exército Brasileiro. Pela sua contribuição nessa escola, recebeu o título de major honorário e posteriormente a promoção a tenente-coronel honorário pela sua participação legista na Revolta da Armada.

A última missão patriótica de **Luiz Cruls** foi buscar as nascentes do rio Javari, em 1901, quando explorou o curso do rio que estabelecia as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru, argumentos que o **Barão do Rio Branco** usaria, em 1903, para celebrar um marco na diplomacia brasileira – o Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao Território Nacional. Dessa missão, concluída em 1905, restou uma seqüência cruel: **Luiz Cruls** contraiu impaludismo e veio a falecer, em 21 de junho de 1908, aos 60 anos, em decorrência das sequelas provocadas pela doença.

Denominação histórica

Em 12 de fevereiro de 1881, o ato de naturalização requerido por **Luiz Cruls** é assinado pelo Imperador **D. Pedro II**, que aportuguesa seu nome, pois se chamava **Luiz Ferdinand Cruls**.

Em justa homenagem aos seus feitos pelo Brasil, o Exército Brasileiro conferiu à 11ª Região Militar a denominação histórica “Região Tenente-Coronel **Luiz Cruls**”. A concessão dessa distinção considerou a área de responsabilidade dessa Grande Unidade Administrativa. Em sua essência, as Organizações Militares que a compõem desempenham suas atividades no interior do “Quadrilátero Cruls”, fruto do trabalho realizado pela comissão por ele chefiada.

Por sua vez, a 11ª RM orgulha-se por homenagear tão ilustre personalidade da história pátria, que contribuiu heroicamente para o esplêndido posicionamento geoestratégico da Capital nacional, como cumpridor científico da Primeira Constituição Republicana, de 1891, que determinava a demarcação, a construção e a mudança da Capital da República para o Planalto Central. ←

Fontes: Histórica da 11ª Região Militar: “Mas Brasileiro que muitos brasileiros” (Jorge Silva Marques).



Estandarte Histórica da 11ª Região Militar

General Djalma Polly Coelho e a interiorização da Capital do Brasil

Trés constituições federais e três comissões de alto nível estudaram e demarcaram a região e o sítio para onde deveria mudar-se a Capital Federal no interior brasileiro, iniciativa que teve sua inspiração e nascedouro no Alferes **Joachim José da Silva Xavier**, o Tiradentes, consagrado o Patrono Cívico da Pátria. Um sonho distante dos inconidentes, em 1789, e que se tornou realidade somente em 1960, pelas mãos estatísticas do Presidente **Juscelino Kubitschek de Oliveira**, construindo e inaugurando Brasília no Planalto Central do Brasil, em Goiás.

Uma dessas três comissões técnicas para escolher, no Planalto Central, um local adequado para, nele, se construir a nova Capital do Brasil, foi dirigida pelo General **Djalma Polly Coelho**, engenheiro militar e diretor do Serviço Geográfico do Exército. Além de engenheiro, bacharelado em geografia.

O princípio pétreo da mudança da Capital Federal para as regiões interiores do País, ditado desde a primeira Constituição Republicana de 1891, foi consagrado pelos constituintes de 1946. No mesmo ano, o Presidente **Eurico Gaspar Dutra**, interiorino e partidário do ideal de mudança da Capital, convocou o diretor do Serviço Geográfico do Exército, o General **Djalma Polly Coelho**,

para confiar-lhe a missão de presidir uma comissão de onze técnicos de reconhecido saber para a determinação de localização da nova Capital do Brasil, conforme a ordem constitucional. Isso em outubro de 1946. Antes, nos anos 1891 a 1894, uma Comissão Exploradora do Planalto Central, sob a direção do astrônomo **Luiz Cruls**, escolhera uma área e apontara um sítio onde hoje, coincidentemente, está Brasília.

Em consequência das tendências já manifestadas durante os debates da Constituinte de 46, duas correntes de opiniões logo se formaram na Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. Uma, liderada pelo engenheiro **Jerônimo Coimbra Bueno**, defende a solução histórica, ou seja, a encontrada pela Comissão **Cruls**, meio século antes, favorável à região Planaltina onde fora demarcado, em 1892, o Quadrilátero **Cruls**. A outra, defendida pelo também engenheiro **Lucas Lopes**, propõe uma região no Triângulo Mineiro. Tais correntes de opiniões provocaram uma série de divergências no desempenho dos trabalhos da Comissão, perdendo-se muito tempo até uma conclusão de consenso. O General **Djalma Polly Coelho** pôs-se como moderador, um ponto de equilíbrio,

buscando uma solução mais técnica e de interesse geral.

A par das reuniões plenárias da Comissão, diversos trabalhos de pesquisas e observações, de campo e de escritório, são desenvolvidos pelos grupos formados para estudar aspectos geográficos, urbanísticos, agrônômicos, de potencial energético, geológicos, bem como climatológicos e de salubridade. Tais grupos são chefiados por técnicos especialmente convocados, o mesmo ocorrendo com as subcomissões de investigações e de serviços. Os estudos da Comissão **Cruls** (1891-1894) servem de subsídios. A Comissão visita as regiões do Planalto Central brasileiro. O presidente, General **Djalma Polly Coelho**, sobrepõe detidamente os locais propostos. Em Planaltina, chega a passar alguns dias inspecionando as áreas circunvizinhas. Na cidade goiana, é hóspede do médico **Hozana Guimarães**.

Durante os primeiros meses de trabalho da Comissão, tudo se desenvolve de forma pacífica em torno da escolha do Quadrilátero **Cruls**, já demarcado. Todavia o engenheiro **Lucas Lopes** defende ponto de vista contrário e sugere uma outra área no Triângulo Mineiro, no que encontrou alguns adeptos. Surge um impasse. O General **Djalma Polly Coelho** defende a tese de uma solução geoplânica, dando-se preferência ao método sociológico para escolha do local. Argumenta **Polly Coelho** que à Comissão compete escolher, na área já demarcada pela Comissão **Cruls** (1891-1894), um sítio ideal para nele se instalar a Cidade-Capital. Ante a divergência de opiniões e enquanto se desenrolam os trabalhos de campo promovidos pelas subcomissões de investigações e de serviços, o General **Djalma Polly Coelho** promove uma consulta para obter, de forma reservada, o ponto de vista do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior Geral sobre a conveniência de se a Capital Federal localizada na área historicamente demarcada por **Cruls** no Planalto Central goiano ou na região do Triângulo Mineiro.

Durante seis meses, a consulta de **Polly Coelho** foi objeto de estudos em várias áreas militares e, ao final, o Ministro **Canrobert da Costa** revela, em ofício, que os pareceres são acordes quanto ao ponto de vista militar, segundo o qual "a localização da Capital, quer no Planalto goiano quer no Triângulo Mineiro atende à segurança nacional". No tocante ao exame mais amplo da mudança da Capital, o de mobilização integral da Nação e ligado diretamente ao desenvolvimento dos fatores favoráveis e de elevação do nível econômico do País, o ministro expressa pensamento do Estado-Maior "mais inclinado pela solução preconizada pela Comissão **Cruls** em 1892, que aconselha o Planalto de Goiás por motivos geopolíticos". O documento do Ministro da Guerra e os demais pareceres foram dados a conhecer a todos os membros da Comissão, a fim de que cada qual formasse uma melhor conceitualização sobre a questão.

Já no final de 1947, um dos membros da Comissão, o engenheiro **Jerônimo Coimbra Bueno**, adverte a Comissão para acelerar os seus trabalhos de campo e chegar, o quanto antes, a uma resolução final. Aduz razões de tempo e de política, em face do final do Governo **Dutra** e da aproximação do pleito eleitoral.



General Djalma Polly Coelho, Presidente da Comissão de Estudos para a localização da Capital do Brasil

Diante disso, o presidente da Comissão informa que, até o mês de agosto (1948), os trabalhos deverão ser concluídos.

Finalmente, a 21 de julho de 1948, a Comissão de Estudos para a Localização da nova Capital do Brasil, tendo o General **Djalma Polly Coelho** na sua presidência, reúne-se para a resolução final de escolha do local. Cinco membros votam a favor da região do Planalto Central de Goiás (o Quadrilátero **Cruls**) e cinco pela sugestão do Presidente **Djalma Polly Coelho** é favorável ao Planalto Central Goiano, envolvendo o Quadrilátero **Cruls** e mais uma área complementar ao Norte. A Resolução Final de escolha do local para a nova Capital Federal é, dias depois, oficiada ao Presidente **Eurico Gaspar Dutra**, que recebe o General **Djalma Polly Coelho** e todos os demais membros da Comissão no Palácio do Catete.

O Presidente **Eurico Gaspar Dutra**, empenhado que era no ideal de interiorização da Capital, cuida logo de enviar Mensagem ao Congresso Nacional, certificando os congressistas daquela decisão. Isso apenas uma semana depois de ter recebido o resultado da Comissão **Polly Coelho**, isto é, a 21 de agosto de 1948. Na mensagem, **Dutra** justifica e defende o imperativo da mudança da Capital como "relevante imposição da Lei Magna" e também "uma exigência dos superiores interesses da Nação brasileira".

Atuação, a competência e os ideais óbvios do General **Djalma Polly Coelho** tornaram possível esse passo significativo do movimento em prol da interiorização da Capital do Brasil, que culminou com a construção de Brasília, nos anos do Governo do Presidente JK, que a inaugurou a 21 de abril de 1960. ■

ADIRSON WASCONCELOS
Historiador de Brasília com mais de trinta livros publicados



Presidente Eurico Gaspar Dutra, empenhado no ideal de interiorização da Capital Federal, recebe o Presidente Truman dos EUA

General Aginaldo Caiado de Castro

e a escolha do local para a nova Capital

General **Aginaldo Caiado de Castro**, a par das inúmeras funções importantes que exerceu no Exército, no século vinte, destacou-se, na vida pública brasileira, como Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e como presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal do Brasil, no Governo do Presidente **Getúlio Vargas**.

A presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal o inseriu na história de Brasília e do País pelo significado e importância de suas providências no encaminhamento de soluções para esse assunto magno da vida nacional.

Três Constituições haviam determinado a interiorização da Capital e duas Comissões Técnicas haviam escolhido o território para a cidade-sede do Governo Federal no interior do Brasil.

Em junho de 1953, é criada uma terceira comissão técnica e o General **Aginaldo Caiado de Castro** é convocado para dirigi-la concomitantemente com as suas funções de Chefe do Gabinete Militar.

Vale recordar que, para se chegar a esse momento, foram necessários cinco anos de debates, no Congresso Nacional, em torno do assunto. De 1948 a 1953, deputados e senadores se debruçaram no exame das conclusões a que chegou uma comissão de técnicos chefiada pelo General **Djalma Polly Coelho** e que indicou a região do Planalto Central goiano para servir de território para a nova Capital do Brasil, fundamentando-se, inclusive, em estudos anteriores (1891 e 1894) realizados por comissão de igual objetivo e presidida pelo cientista **Lutz Cruls**. Concluindo-se os debates pelos congressistas, foi aprovada uma Lei (1953) autorizando o Poder Executivo a realizar "estudos definitivos" para a "escolha do sítio para a nova Capital", missão confiada ao General **Aginaldo Caiado de Castro** e aos demais membros da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, criada no Governo Vargas.

Designado presidente da Comissão, o General **Aginaldo Caiado de Castro** dá posse, a 21 de junho de 1953, a todos os demais membros integrantes e representantes de Ministérios e outros órgãos públicos, entre os quais o engenheiro **Jerônimo Coimbra Bueno**, na função de diretor-técnico.

Dois providências práticas e objetivas são adotadas pelo

General **Aginaldo Caiado de Castro** durante o período de pouco mais de um ano em que esteve à frente da Comissão.

A primeira, mandando fazer o levantamento aerofotogramétrico de toda a área eleita pelo Congresso Nacional para que, dentro dela, fosse localizado o sítio ideal para a nova Capital. Essa área, que recebeu a designação do "Retângulo do Congresso", compreendia um território de 52 mil quilômetros quadrados.

Coube à Empresa Brasileira de Aviação Cruzeiro do Sul executar os serviços de aerofotogrametria, que os conduziu em janeiro de 1954.

A segunda, mandando fazer a fotoanálise e a fotointerpretação de todo o levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Cruzeiro do Sul, encomendando-o a uma empresa americana especializada no ramo, a Donald Belcher, estabelecida em Nova Iorque.



General Aginaldo Caiado de Castro, Presidente da Comissão de localização da Nova Capital Federal

A Companhia Vale do São Francisco, então dirigida pelo engenheiro **Paulo de Queiroz**, é "convidada" a custear aquele estudo, o que faz de bom grado. O representante da Donald Belcher no Brasil é o engenheiro cearense **Edson de Alencar Cabral**.

Pelos estudos encomendados, a Comissão de Localização pretendia realizar, no prazo de dez meses, a indicação dos cinco melhores locais dentro da área do retângulo de 52 mil quilômetros quadrados e que, com território de mil quilômetros quadrados cada um, fossem favoráveis à localização de uma cidade para servir de Capital do Brasil. O contrato exigia uma série de estudos parciais para justificar a indicação, entre os quais análises de climatografia, paisagem, facilidade de abastecimento d'água e de energia elétrica, constituição do solo para edificações, drenagem etc.

Com o suicídio do Presidente **Getúlio Vargas**, em agosto de 1954, o General **Aginaldo Caiado de Castro** deixa a presidência, sendo substituído pelo Marechal **José Pessoa de Albuquerque**, escolhido pelo Vice-Presidente **Café Filho**, que assumiu a Presidência da República.

Poucos meses depois, em janeiro de 1955, as providências

tomadas pelo General **Aginaldo Caiado de Castro** são concluídas e a empresa Donald Belcher entrega ao novo presidente da Comissão as conclusões dos seus estudos de fotoanálise e fotointerpretação, sugerindo cinco sítios, entre os quais o Castanho, que é, finalmente, selecionado e onde hoje se encontra Brasília.

Assim, Brasília muito deve à presença do General **Aginaldo Caiado de Castro** em sua História, pois, pela objetividade de suas iniciativas à frente da Comissão de Localização, foi possível encontrar-se uma solução objetiva, prática e permanente para a questão da escolha do local onde deveria ser plantada a nova Capital do País. Isso facilitou, e em muito, a ação do seu sucessor na Comissão, o Marechal , que encontrou um trabalho praticamente concluído e o actuou de forma consciente e respeitosa.

ADIRSON VASCONCELOS
Historiador, autor da obra "Brasília, Capital Brasileira"



Visita do Exmo Sr. Presidente da República Getúlio Vargas, e o Ministro da Guerra, General de Exército Eurico Gaspar Dutra, por ocasião do aniversário do então Batalhão de Guardas, em 20 de julho de 1944

Marechal José Pessoa

O Cidadão, o Chefe Militar e o Idealista



“Somos dos que não aceitam o progresso do Brasil em ‘câmara lenta’, em marcha preguiçosa; lembremo-nos todos de que o trabalho arrojado foi sempre a característica dos homens que vieram com o alvorecer da Nação.”

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

vandalismo, tais como a quebra de lâmpadas de iluminação das ruas do Rio de Janeiro.

A politização do Exército, a influência de Benjamin Constant junto à jovem oficialidade, a mentalidade dos oficiais positivistas, a Revolução de 1893 e a Revolta da Armada, segundo o Marechal Castelo Branco, foram as causas que concorreram para a estagnação das Forças Armadas nos albores da República.

O espírito militar cada vez mais se enfraquecia, enquanto jovens oficiais faziam questão de ser chamados de “doutores” em vez de alferes, tenentes ou capitães.

Esse era o quadro assaz dramático vivido pelo adolescente José Pessoa no início de sua carreira militar, que presenciava uma dicotomia entre oficiais conservadores e positivistas. As Forças Armadas estavam despreparadas, desmotivadas, sem um mínimo de espírito militar, necessitando sofrer modificações.

Declarado alferes de Cavalaria em 1908, mais uma vez o espírito vibrante do Tenente José Pessoa foi marcado profundamente por homens e acontecimentos que assinalaram o soergimento das Forças Armadas, tais como:

— o Barão do Rio Branco, que propugnou pela reorganização e pelo reaparelhamento das Forças Armadas, de modo a poderem prover com eficácia e eficácia a defesa da Pátria;

— o futuro Presidente da República, o Marechal **Hermes da Fonseca**, que implantou reformas totalmente voltadas para o profissionalismo e sustentadas por rígidos regulamentos.

— o Almirante **Alexandrino de Alencar**, que, na Marinha, implantou idêntico movimento em boca do aprestamento da Força Naval; e

— finalmente, o poeta **Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac**, que desencadeou uma campanha cívica por todo o País, apregoando as benesses do Serviço Militar Obrigatório.

Em 1916, recebeu a difícil e honrosa incumbência de ser instrutor militar da Faculdade de Direito de São Paulo, primeiro estabelecimento

de ensino de Direito do Brasil, onde estudaram preeminentes figuras do Império e da República, como **Rui Barbosa**, **Lafayette Teixeira de Freitas**, **Castro Alves**, **Fagundes Varela**, **Álvares de Azevedo**, **Gulherme de Almeida**, **José de Alencar**, **Joaquim Nabuco**, **Barão do Rio Branco** e outros, além de onze Presidentes da República.

De início, sofreu feroz oposição, porém, com dedicação, desassombro e grande poder de persuasão, conseguiu convencer universitários e professores dos benefícios da conscrição militar, obtendo pleno apoio de estudantes da faculdade, tão jovens quanto ele. Dessa forma, o líder Tenente José Pessoa constituiu o seu Batalhão Patriótico, empregado em movimentos posteriores dos quais tomou parte.

Em 1918, casou-se com a Sra. **Blanche Mary Edward Cavalcanti de Albuquerque**, com quem teve três filhos. Entre eles, o Brigadeiro **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, ex-Comandante da Academia da Força Aérea.

No período após a 1ª Guerra Mundial, as falhas no Exército atormentam o Capitão **José Pessoa**. A Instituição, outra vez, começou a se dividir em desconformidade da situação política.

O Movimento de 1930 reagritava, temporariamente, no Exército as duas correntes: a legalista e a revolucionária. Em consequência da instabilidade política reinante no País, em 1930, deu-se o bárbaro assassinato do Dr. **José Pessoa**, irmão do então Coronel **José Pessoa**. O episódio foi o estopim de uma revolução que levaria à capital do Estado da Paraíba o nome do ilustre filho cruelmente assassinado. O coronel teve participação decisiva no movimento político-militar que depôs **Washington Luís**, quando se desincumbiu da atribuição que lhe fora confidada, com serenidade e firmeza, procurando evitar o derramamento desnecessário de sangue.

Após a Revolução de 1932, o “henritismo” se desintegra e se verifica no seio da classe militar o surgimento de uma corrente de grupo comunista, filiada à Aliança Nacional Libertadora. Surgiu, pela primeira vez na nossa história radical. Em 1944, foi eleito, por sufrágio direto, Presidente do Clube Militar, oportunidade em que empreendeu proficiente trabalho, restaurando-lhe as finanças e regularizando a sua vida social. Em 1945, para que o País retomasse à normalidade democrática, apoiou a retirada do Presidente **Getúlio Vargas** do poder.

Ainda acerca do cidadão **José Pessoa**, quando já na reserva, podendo desfrutar, no aconchego dos seus, o justo descanso, atende ao chamamento do Presidente **Café Filho** e parte para o Planalto Central na Presidência da Comissão de Planejamento e Localização da nova Capital Federal. Em missão não remunerada, enfrentando as asperezas do cerrado, lança-se à realização do nobilitante cometido que o Governo lhe confiou.

O Chefe Militar

A carreira militar do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque é rica em ensinamentos, aureolada pelo mais puro sentimento de acendrado amor à Pátria. Em 1903, aos 17 anos, ainda adolescente, entregou-se ao sacerdócio da profissão das armas, no ano do centenário de nascimento do maior de nossos soldados — **Luís Alves de Lima e Silva**, o Duque de Caxias.

Declarado alferes de Cavalaria em 1908, chega à tropa no ano seguinte, ao tempo da alvissareira “Reforma Hermes”, que se implantava de modo tão salutar no Exército. Em 1911, retorna à sua querida Paraíba, integrando as tropas que para lá se dirigiam a fim de obstar a ação deletéria de gangueiros que assolavam a região nordestina, após as polícias estaduais terem exaurido os seus meios de emprego. A missão pacificadora cobriu-se de pleno êxito e o Tenente **José Pessoa**, que teve seu batismo de fogo, deu sobejas provas de coragem pessoal e aptidão para o comando. Em seguida, vimos encontrá-lo envolvido com a campanha patriótica empalmada por **Olavo Bilac**, em prol do Serviço Militar Obrigatório.

Após o êxito da experiência vivida junto à juventude da Faculdade de Direito de São Paulo, o Tenente **José Pessoa**, em virtude de suas superiores aptidões, é designado pelo Exército para estagar na Academia Militar de Saint Cyr, na França. Estava nessa situação quando, em 11 de abril de 1917, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Império Alemão, devido ao torpedeamento de navios mercantes brasileiros.

O Brasil teve pequena participação no conflito e o Governo Brasileiro autorizou a participação na guerra, junto aos aliados, de oficiais que se encontravam em missão na Europa. Assim, o Tenente **José Pessoa** teve a oportunidade de, mais uma vez, evidenciar a sua bravura e o seu espírito militar ao ser arremetido no 503º Regimento de Cavalaria e servir no 4º Regimento de Dragões do Exército Francês, participando no emprego de carro de assalto, novo engenho que tanto o empolgava. Foi citado várias vezes em ordens do dia por sua destacada atuação nos campos de batalha da França e da Bélgica, sendo reciprocador de inúmeras condecorações internacionais, também recebendo todas as condecorações brasileiras da guerra (1914-1918), justo reconhecimento ao seu inextinguível valor militar.

Completamente empregado pelo cargo de combate, escreveu, em 1921, um livro de título “O Tanco na Guerra Europeia”, que teve o privilégio de ser a primeira obra escrita na América Latina sobre um tema de especial importância. Com oportunidade, trouxe para o nosso Exército uma visão global e clara das transformações que a nova arma estava produzindo na estrutura



Busto do Marechal José Pessoa — AMAN

Há 125 anos, em 12 de setembro de 1895, nascia, em Cabaceiras, na Paraíba, o menino **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, no seio de uma família tradicionalmente cristã.

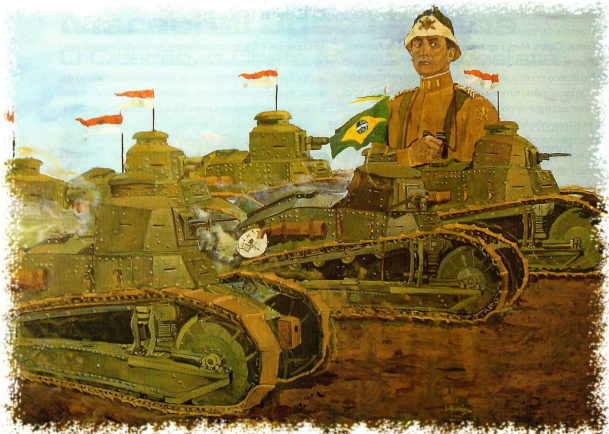
Sua infância e adolescência foram passadas em sua cidade natal, sistematicamente associada pelo flagelo das secas.

Perseverante, impulsivo e irrequieto, logo percebeu a necessidade de dar vazão à criatividade do espírito, partindo rumo ao Rio de Janeiro, Capital da nova República, em busca de sua maior aspiração — a carreira militar.

Cidadão e militar de peregrinas virtudes, **José Pessoa** teve a sua vida ligada aos grandes acontecimentos da história contemporânea do Exército e do Brasil, deles participando de forma edificante e benemerita.

O Cidadão José Pessoa

Aluno da Escola Prática do Realengo, nos difíceis anos de 1903 e 1904, viveu o drama da “Revolta da Vacina Obrigatória”, que levou alunos da Escola Militar do Brasil à prática de atos abjetos de



Quadro "Novos Lanceiros" - 12º Regimento de Cavalaria Mecanizada

militar, dando-nos a conhecer o que se passava nos principais exércitos do mundo em relação à tática e à técnica desse novo engenho e como eles vinham sendo organizados nos diferentes exércitos. A introdução dos blindados em nosso País muito se deveu à ação iterativa do Capitão **José Pessoa** junto às chefias militares, motivando-as para a aquisição dos primeiros carros, o que veio a acontecer, em 1921, pela compra dos FT 17 "Renault", de origem francesa.

Em 05 de maio de 1921, era criada a Companhia de Carros de Assalto, que foi instalada na Vila Militar do Rio de Janeiro, onde posteriormente seria o acuartelamento do Regimento Escola de Infantaria, hoje 57º BI Mtz. O Comandante da Companhia não poderia ser outro que não o Capitão **José Pessoa**, homem mais indicado para aquela missão de pioneirismo.

Em 1924, passa o comando da Companhia a que tanto se dedicara. Havia lançado a semente dos blindados no Brasil, que surgiram, assim, de um conjunto de ideias muito avançadas para a época.

José Pessoa foi o pioneiro dos blindados em nosso País. Por indicação do Ministro da Guerra, o Coronel **José Pessoa** foi nomeado para o Comando da Escola Militar de Realengo, mercê de seus predados morais e técnico-profissionais, e pela destacada atuação no movimento que derrubara a República Velha. Isso aconteceu, em 15 de janeiro de 1931, com a promessa de

construção de uma Academia Militar, longe da Capital Federal.

O Coronel **José Pessoa** foi promovido a general em agosto de 1933. Passou o comando da Escola Militar de Realengo, em 1934, e foi designado para comandar o 1º Distrito de Artilharia de Costa, sua primeira comissão como oficial-general. É nessas condições que vamos encontrá-lo quando deflagrada a Intentona Comunista de 1935, na qual teve uma participação decisiva para que essa fosse julgada.

Nas funções de Comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa e Inspetor dessa Artilharia, sugeriu e conseguiu a vinda da primeira Missão Militar Norte-Americana para o Exército, a qual ficou sob suas ordens. Trouxe aquela Missão o que havia de mais moderno nos processos de tiro de Artilharia, operando profundas mudanças técnico-profissionais na Arma.

Em seu posterior comando na 9ª RM, em Mato Grosso, teve a oportunidade de, outra vez, como fizera como tenente, em sua Paraíba, participar de uma missão pacificadora na área, dessa feita como comandante das tropas em operações contra o banditismo de **Silvino Jaques**, que se alastrara em 1938. Comandou pessoalmente várias ações, fazendo com que a tranquilidade e a ordem voltassem a imperar em Mato Grosso.

Como Inspetor de Cavalaria, operou substanciais modificações no campo da instrução. A reformulação da metodologia de ensino

na Escola de Equitação é obra de seu dinamismo e eficiência. Conviniente destacar, ainda, na vida militar de **José Pessoa**, os comandos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, da 8ª Brigada de Infantaria e da Zona Militar do Sul. Em todos esses comandos, comprovou sua proverbial competência, zelo, amor à responsabilidade e espírito militar.

Militar de escol, de grande capacidade profissional, foi designado para honrosas comissões no País e no exterior: assim, recebeu a incumbência de acompanhar o Rei **Alberto** da Bélgica em sua visita ao Brasil; serviu junto à Embaixada Brasileira de Paz, na França, após a I Guerra Mundial; em 1943, foi nomeado, pelo Governo, Embaixador Plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo do Paraguai; e, em 1945, tomou-se adido militar na Inglaterra. No dia 12 de setembro de 1949, com 64 anos de idade, ingressa na reserva com o posto de marechal.

O Marechal **José Pessoa** sempre esteve voltado para a evolução e o aperfeiçoamento de uma mentalidade eminentemente profissional dos quadros do Exército. Ele, que presenciara a ruptura violenta dos padrões profissionais da Instituição, em várias ocasiões, não pôde, infelizmente, ver o seu Exército por inteiro voltado para os mistérios da caserna, no cumprimento de sua destinação constitucional, alheio à política, consoante os preceitos do Estado dos Militares e do Regulamento Disciplinar do Exército. O Marechal **José Pessoa** nos deixou em 16 de agosto de 1959, mas o eco de suas alocuções permanece nos dias de hoje:

“**Creio no nosso Exército!
Creio na grandeza e na pujança
de nossa Pátria!**”

Marechal **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**

□ Idealista

José Pessoa era um estudioso, era um intelectual na verdadeira acepção da palavra. Com sua fulgurante inteligência, com sua visão muito acima do senso comum, vislumbrando, prospectivamente, o que estaria fadado a acontecer no futuro, realizou perscrutantes análises de problemas brasileiros, deixando alentados estudos acerca de vários temas de grande importância para o Brasil, a maior parte deles conexos com a Segurança Nacional.

Naquela época, alinhava uma série de questões a serem resolvidas pelo Governo, para as quais possuía adequadas soluções, fruto de um infatigável labor e de um profundo conhecimento das coisas pátrias. E, entre elas, destacava-se a recuperação definitiva das terras áridas do polígono das secas do Nordeste, utilizando os bilhões de metros cúbicos ali já represados (o problema das secas encerra um conjunto de providências de que a irrigação é o coramento).

Das inúmeras providências que eram listadas pelo Marechal **José Pessoa**, com prioridade máxima para a Região Nordeste, muitas delas somente vieram

a se concretizar décadas depois de sua morte.

Sobre o altiplano brasileiro, disse **José Pessoa**, "sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era aurifera em São Paulo e Minas Geraes e não teríamos dúvidas de que o mesmo acontecerá, em um futuro próximo, com aquele planalto; será com o sangue novo que lhe faremos o povoamento e a grandeza, abrindo-lhe, de par em par, as portas da colonização estrangeira, sem as preocupações que ela nos oferece, localizada em regiões de fronteira. A colonização do Planalto Central, além de puxar a civilização brasileira para o altiplano brasileiro, constituirá o núcleo de abastecimento para o Sul e para o Oeste."

Aos aspirantes a oficial de 1949, dos quais foi o Pararinho, assim se expressou, ou melhor, profetizou: "Aos moços de hoje, de cujo entusiasmo e idealismo tanto espera a Nação, confiamos o aperfeiçoamento de nossos costumes, a solução de nossos problemas econômicos e políticos, entre os quais a exploração definitiva do nosso petróleo, o aproveitamento sempre crescente da força hidráulica e o amparo a nossa riqueza carbonífera, a renovação e o aparelhamento das Forças Armadas, o fomento à produção e o consequente combate à miséria e à fome, a construção de eixos rodoviários pavimentados, ligando as regiões geográficas do País, além de outro como o da construção da nova Capital política do Brasil no Planalto Central, que marcada influência exerce nos destinos da nacionalidade. Da solução desse último problema, útil para a grandeza e salvaguarda da nossa coletividade, reais vantagens nos advirão: aproximar todos os estados da ação radial e pronta do Governo Central; acelerar na direção do altiplano, dos



Quadro "Marechal José Pessoa" - 12º Regimento de Cavalaria Mecanizada

sertões brasileiros, a marcha lenta da nossa civilização, encastelada no litoral há mais de 400 anos; resguardar a nossa capital, hoje tão exposta, à borda do oceano, para ponto mais abrigado, no coração do País, sem falar nas vantagens econômico-financeiras altamente compensadoras. Por outro lado, a nova localização da Capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, qual seja a conquista do rio Amazonas, pois estenderíamos os braços aos irmãos que vivem naquelas paragens, quase sempre com a maior parte de suas terras encharcadas pelas avalanches das torrentes desencadeadas pelo degelo dos Andes, engrossando o caudal imenso”.

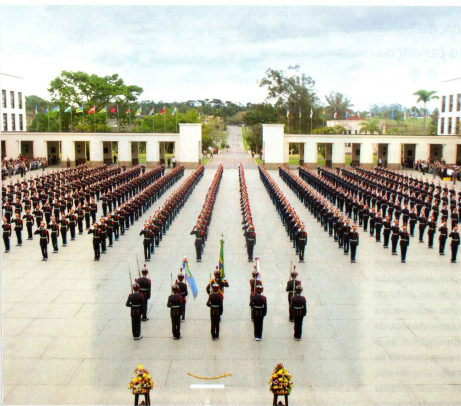
Desempenhou as mais relevantes funções, conquistou promoções por estudo, merecimento, bravura e antiguidade, herói de guerra, pacificador de regiões convulsionadas, inovador, reformador, consagrou-se, entretanto, como o “Idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras”. Foi a sua grande obra a idealização e construção da Academia, que tantos reflexos trouxe para o Exército Brasileiro, principalmente na formação dos oficiais. Fez surgir uma nova “ideologia de formação” pela reformulação do ensino, criação do Corpo de Cadetes, em homenagem aos antigos cadetes de Realengo, resgate do tradicional e majestoso título de “Cadete”, adoção de novos uniformes, condução das Bandeiras Históricas do Brasil pelos Cadetes de Cavias, a criação do Braço d’Armas e do Estandarte azul-turquesa.

Esse conjunto de medidas foi complementado pelo Espadim – cópia fiel e reduzida do glorioso sabre de campanha usado por Cavias como oficial-general, considerado o próprio símbolo da honra militar – de uso e privilégio do Cadete. Inaugurada em 20 de março de 1944, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) representa a força do ideal do Marechal José Pessoa de Albuquerque, que, no dia 12 de setembro de 1949, ao passar para a reserva, disse:

“Meu coração de soldado jamais vibrou tão intensamente como hoje. A Academia Militar das Agulhas Negras foi o meu sonho supremo e me sinto feliz ao vê-lo concretizado.”

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Fontes: palestra proferida pelo, então, Tenente-Coronel Manoel Sariano Netto, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 12 de setembro de 1985, por ocasião do Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa; Vultos históricos nacionais. Edição 2008. Editora Acadêmica, AMAN.



Entrada de Espadim na AMAN, em agosto de 2009, “Turma Bicentennial do Marechal Osório”



Coronel Ernesto Silva O Militar, o Cidadão e o Pioneiro

“Brasília começou do 'nada'. Não havia casas, instalação elétrica, água, recursos humanos. 'Nada', absolutamente 'nada'. Ter-se-ia que fazer o provisório ao lado do definitivo. Não havia qualquer ponto de apoio para a execução do trabalho. E se o milagre se operou é porque Brasília foi construída sob os impulsos dos mais nobres sentimentos e uma inabalável fé nos destinos do Brasil. Todos eram solidários, todos participavam de um mesmo ideal, todos se sentiam como se fossem membros de uma só família.”

Coronel Ernesto Silva

Em 17 de setembro de 1914, ano de início do primeiro conflito mundial, nascia, na cidade do Rio de Janeiro, Ernesto Silva, filho de Casemiro Borges da Silva e da Sr. Eunice Amaral de Almeida e Silva.

O Militar

No dia 28 de abril de 1933, ao satisfazer as exigências regulamentares, foi matriculado, como civil, na Escola de Veterinária do Exército, iniciando, assim, a sua carreira militar. Declarado aspirante a oficial do Serviço de Veterinária, em 1936, no ano seguinte teve o 3º Regimento de Cavalaria Independente como sua primeira Unidade, onde, na presença de todos os oficiais, realizou o compromisso do primeiro posto.

Em 1937, por conveniência do serviço, foi classificado no Grupo Escola da Guarnição da Vila Militar do Rio de Janeiro e, em 1939, foi transferido para a Escola de Estado-Maior, no Andaraí, Rio de Janeiro. Em todas essas Unidades, no desempenho de funções inerentes a sua especialidade, deu sobejas provas de capacidade profissional, quando se destacou pela dedicação, proficiência e responsabilidade, qualidades por várias vezes ressaltadas pelos seus chefes e comandantes. Oficial entusiasmado

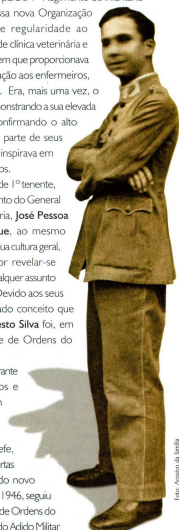
pelo trabalho que exercia, desde o início da carreira atuou com inteligência, disciplina, além de apresentar uma aprimorada educação civil e militar, características que o tornaram estimado por seus companheiros de farda.

Em 25 de janeiro de 1940, encontrava-se servindo no 2º Batalhão de Caçadores, na Guarnição de Benfica, em Recife (PE), porém, nesse mesmo ano, embarcou de volta à Capital Federal, acompanhando sua Unidade, que recebera ordem para retornar a sua sede de origem.

Em 1941, foi transferido para o 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio). Nessa nova Organização Militar, imprimiu eficiente regularidade ao funcionamento dos serviços de clínica veterinária e ferradoria, ao mesmo tempo em que proporcionava excelente qualidade de instrução aos enfermeiros, veterinários e farmacêuticos. Era, mais uma vez, o 2º Tenente Ernesto Silva demonstrando a sua elevada capacidade profissional e confirmando o alto conceito a que fazia jus por parte de seus superiores e a confiança que inspirava em seus camaradas e subordinados.

Foi promovido ao posto de 1º tenente, em 1944, na situação de adjunto do General Inspetor da Arma de Cavalaria, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ao mesmo tempo em que era citado por sua cultura geral, pelo companheirismo e por revelar-se excelente colaborador em qualquer assunto confiado aos seus estudos. Devido aos seus méritos pessoais e ao elevado conceito que possuía, o 1º Tenente Ernesto Silva foi, em seguida, nomeado Ajudante de Ordens do General José Pessoa.

Teve participação ativa durante os acontecimentos políticos e militares que ocorreram em outubro de 1945, mantendo uma atitude coerente e patriótica, ao lado de seu chefe, durante as horas agitadas e incertas que antecederam à posse do novo governo. Em 19 de janeiro de 1946, seguiu para Londres como Ajudante de Ordens do General José Pessoa, nomeado Adido Militar à Embaixada do Brasil na Inglaterra.



Tenente Veterinário Ernesto Silva



À esquerda General José Pessoa e o Tenente Ernesto Silva em visita à fábrica metalúrgica Abramo Eberle Ltda.

Promovido ao posto de capitão, em 17 de janeiro de 1948, encontrava-se chefiando a Formação Veterinária do Instituto de Biologia do Exército, quando, mais uma vez, foi nomeado Ajudante de Ordens do General José Pessoa, dessa feita, Comandante da Zona Militar Sul. Nesse período, como participe da equipe encarregada das viagens de estudos e inspeção aos territórios das Regiões Militares, foi elogiado pelo brilhantismo do trabalho de reconhecimento das vias de comunicação necessárias à ligação das fronteiras do País, trabalho útil e importante à defesa daquelas regiões.

Ao ser exonerado das funções de Ajudante de Ordens, foi classificado, por necessidade do serviço, no Estabelecimento Regional de Subsistência da 6ª Região Militar em Salvador-BA. Em 1950, permaneceu adido à Subdiretoria de Veterinária, mais tarde

denominada Diretoria de Veterinária, por entrar em licença para tratamento de saúde. Nesse período de licença, o Capitão Ernesto Silva deu vazão ao seu aprimoramento cultural, frequentando o Curso de Microbiologista e o Curso de Bacteriologia, Imunologia e Parasitologia, sendo este último no Instituto Oswaldo Cruz.

Após classificação na Diretoria de Veterinária, em 24 de novembro de 1954, passou à disposição da Comissão de Localização da Nova Capital da República, permanecendo na condição de adido à sua Unidade. Na oportunidade, fez a opção para continuar percebendo vencimentos e

vantagens pelo Exército, em virtude de não receber pagamento pela Comissão de Localização da Nova Capital. Promovido a major em 19 de março de 1956, no mesmo ano, foi nomeado Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, permanecendo na situação de adido à Diretoria de Veterinária.

Em 1960, é promovido ao posto de tenente-coronel e, no ano seguinte, exonerado da situação de Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, revertendo ao serviço ativo na condição de adido à Diretoria de Veterinária, enquanto aguardava classificação. Em 31 de outubro de 1961, após mais de 28 anos de serviços, passou para a reserva remunerada, sendo promovido ao posto de coronel.



Ernesto Silva – Diretor da NOVACAP participou da construção de várias obras importantes

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

O Cidadão e o Pioneiro

Nascido em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, Ernesto Silva casou-se, em 12 de janeiro de 1937, com a Sra. Idália Krau da Silva. Curso o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro e, desde sua



"O Pioneiro do Antes"

infância, alimentou o desejo de tornar-se médico. Além de sua atividade militar, foi professor de Português no Colégio D. Pedro II, onde havia estudado quando jovem. Em virtude de sua inteligência e facilidade de redação, foi nomeado Ajudante de Ordens do General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a quem acompanhou nos trabalhos de Adido Militar em Londres, na Inglaterra.

Em 24 de novembro de 1954, foi designado secretário da Comissão de Localização da Nova Capital Federal e, no ano seguinte, com todos os demais membros da comissão, visitou, pela primeira vez, a região do Planalto Central, iniciando, dessa forma, sua obra em benefício da cidade de Brasília. Ainda no posto de major, tornou-se diretor da NOVACAP participando, desde então, da construção de várias obras: Exo Monumental e Exo Rodoviário, Ministérios, Congresso Nacional e de todos aqueles apartamentos de competência dos Institutos, da Casa Popular, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e outros.

Em 1960, passou a exercer a medicina na rede hospitalar do

Distrito Federal, quando teve a oportunidade de frequentar vários cursos sobre pediatria, no Brasil e no exterior, trazendo benefícios para a população brasileira. Tomou-se um grande defensor do projeto urbanístico e arquitetônico de Brasília, preservando a cidade

e suas características originais, baseando-se sempre em seu projeto inicial. Sempre preocupado com a educação, foi um defensor ferrenho da "Escola Parque", onde os alunos também receberiam ensino complementar, como música, esportes e pintura. Ativista cultural e social, o Coronel Ernesto Silva teve participação na fundação do Rotary Clube de Brasília, da Associação de Pediatra, da Associação Médica de Brasília, da Academia Brasileira de Letras, da Associação Cultural de Brasília e do Instituto de História e Geografia do Distrito Federal.

Incansável, dedicado, com muito amor pelo seu trabalho, Ernesto Silva costumava dizer que Brasília começou do "nada", um "nada" que se tornou "tudo", não só para ele, mas para todos aqueles que

viram a Capital Federal crescer.

Faleceu em 3 de fevereiro de 2010, vítima do agravamento de uma infecção pulmonar.

Fontes: Arquivo Histórico do Exército; Arquivo Público do Distrito Federal; "A História de Brasília"



Última homenagem do Exército Brasileiro ao Coronel Ernesto Silva

O Sítio Castanho

No dia 15 de abril de 2010, comemoraram-se os cinquenta e cinco anos da escolha do Sítio Castanho — área onde está situada Brasília — pela Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal, presidida pelo Marechal **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, que tinha como secretário o Doutor **Ernesto Silva**, recentemente falecido.

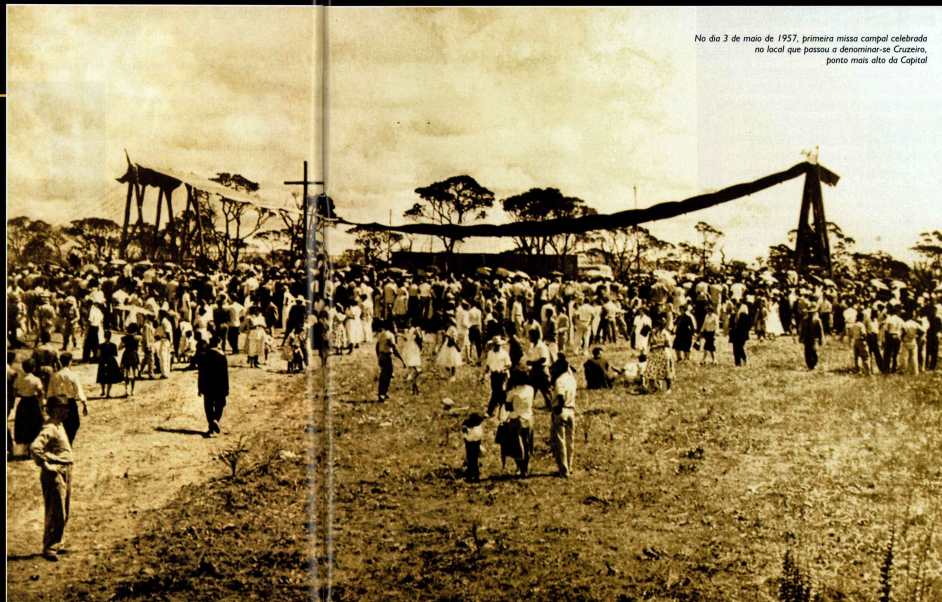
Em 2004, **Getúlio Dornelles Vargas** foi reverenciado no centenário do seu suicídio, pelo que fez pelo Brasil, emulando as bases sociais e econômicas de um Estado Nacional Moderno, que rompeu com a estrutura agrária de uma dependente monocultura. No entanto não se fez justiça à participação do seu governo no cumprimento do primado constitucional da localização, demarcação e transferência da Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro.

No dia 8 de junho de 1953, o Presidente **Getúlio Vargas** assinou o Decreto nº 32.976, criando a Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal para proceder aos estudos definitivos para a escolha do sítio e da área da nova capital e, por consequência, do Distrito Federal. Vargas nomeou para a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal o General **Aguiinaldo Caiado de Castro**, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Imediatamente após ser empossado, o General **Aguiinaldo Caiado de Castro** contratou a *Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria* para proceder ao levantamento aerofotogramétrico do Retângulo do Congresso (os 52.000 quilômetros quadrados autorizados pelo Congresso Nacional), na área compreendida entre os paralelos 5°15'30" e 17" e o Meridiano Oeste de Greenwich 46°30". Em janeiro de 1954, a *Cruzeiro do Sul* concluiu os trabalhos de aerofotogrametria e, já no dia 25 de fevereiro, a empresa **Donald J. Belcher and Associates Incorporated**, sediada em Ithaca, Estados Unidos da América, foi contratada para proceder aos estudos de fotoanálise e de fotointerpretação para a seleção dos sítios mais favoráveis para a localização da Nova Capital Federal na área definida pela Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, que passou à história como o "Retângulo do Congresso".

Getúlio Vargas suicida-se em 24 de agosto de 1954 e assume a Presidência da República o Vice-Presidente **João Café Filho**.

Após demitir o General **Aguiinaldo Caiado de Castro**, **Café Filho** convida o Marechal **José Pessoa** para presidir a Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal. O marechal, imediatamente, reconhece a qualidade técnica e científica dos trabalhos da empresa **Donald Belcher** e a importância desses trabalhos para abreviar o tempo de escolha para o local da edificação



No dia 3 de maio de 1957, primeira missa campal celebrada no local que passou a denominar-se Cruzeiro, ponto mais alto da Capital

da futura Capital da República, e providência, ainda, o pagamento das prestações atrasadas, devidas à empresa americana.

No dia 5 de fevereiro de 1955, o Vice-Governador de Goiás, **Bernardo Sayão**, esperava, em Planaltina, o Marechal **José Pessoa**, o seu ajudante de ordens e secretário da Comissão, Capitão **Ernesto Silva**, e o Marechal **Mário Travassos** com um comboio de seis jeeps. Depois de andar pelo cerrado por mais de quatro horas, chegaram ao ponto mais alto do Sítio Castanho (1.172 metros), onde é hoje o Cruzeiro, no Exco Monumental, próximo ao Memorial JK.

No dizer do doutor **Ernesto Silva**, ali "É a Pedra Fundamental de Brasília".

De volta ao Rio de Janeiro, o Marechal **José Pessoa** designou uma subcomissão para fixar os critérios e normas técnicas para a comparação dos vários locais no "Retângulo do Congresso" e a

seleção dos cinco sítios elaborados pelo Relatório Belcher. Durante o mês de março de 1955, três engenheiros dessa subcomissão passaram a fazer manobras dilatórias para prolongar, por tempo indeterminado, a escolha imediata do sítio definitivo. Sentindo essas manobras, **Ernesto Silva**, que era o secretário da Comissão de Localização, alertou o Marechal **José Pessoa**, e este decidiu ampliar a Subcomissão e nomeou o engenheiro **Raul Pena Firme** como relator.

Numa coincidência metafísica, no dia 4 de abril de 1955, à mesma hora em que **Raul Pena Firme** apresentava à Comissão



as normas técnicas com base na Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1.803, para o julgamento de melhor sítio dentre os cinco apresentados pela Donald Belcher. **Juscelino Kubitschek de Oliveira** fazia o seu primeiro comício de campanha à Presidência da República, em Jatal, Goiás, e era questionado por **Antônio Soares Neto - Toniquinho** - se iria cumprir a Constituição Federal. Ao responder afirmativamente, **Toniquinho** retrucou a J: "Então o senhor vai transferir a Capital Federal para o Planalto Central?" **Juscelino Kubitschek** ficou paralisado por quase um minuto, respondendo em seguida: "Se está na Constituição, eu vou transferir". Nesse momento, Brasília passou a ser a "meta síntese" do Plano de Metas do governo de **Juscelino Kubitschek**.

No dia 15 de abril de 1955, já com os critérios elaborados pelo relator **Raul Pena Firme**, realizou-se a reunião que decidiu oficialmente pelo Sítio Castanho, onde, hoje, está edificada Brasília. O Marechal **José Pessoa** solicita, então, uma audiência ao Presidente da República **Café Filho** e é recebido no dia 28 de abril de 1955. Após expor todo o arrazoado legal e técnico da escolha do Sítio Castanho, solicita que o Presidente da República baixe um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, o perímetro a se constituir o Distrito Federal.

Café Filho, aliado da União Democrática Nacional - UDN e dos antimudancistas, nega-se a mandar elaborar o decreto de desapropriação. No dia seguinte, 29 de abril, o Marechal **José Pessoa** solicita um avião ao Ministro da Aeronáutica e, acompanhado apenas de **Ernesto Silva**, dirige-se a Goiânia. No dia seguinte, em audiência com o Governador de Goiás, **José Ludovico de Almeida**, expõe o impasse e faz um apelo ao Governador para que o Estado de Goiás, por meio do decreto estadual, declarasse de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as terras dentro do perímetro já definido do futuro Distrito Federal.

Juca Ludovico faz a história avançar: chama os procuradores **Jorge de Moraes Jardim** e **Segismundo de Araújo Melo**, e estes propõem que fossem chamados os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, favoráveis ao Movimento

Mudancista, para buscar uma solução jurídica. As discussões se arrastam até as três horas da manhã do dia 1º de maio e o grupo decide pela criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Numa manobra política magistral, **Juca Ludovico** nomeia, para presidir a Comissão, o médico **Altamiro de Moura Pacheco**, prócer da UDN, em Goiás, manobra que **Juscelino Kubitschek** iria repetir em 1956 ao nomear **Iris Meinberg** para a

primeira diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. No dia 30 de dezembro de 1955, em solenidade realizada no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, **Jorge Pelles** e **Jerônimo da Silva** assinam a escritura de desapropriação amigável da Fazenda Bananal, que abriga, hoje, quase toda a área onde está edificada Brasília.

Sem a coragem e a determinação pessoal e política do Marechal

José Pessoa e o descortino político e histórico do Governador **Juca Ludovico**, o Presidente **Juscelino Kubitschek de Oliveira** e os milhares de candangos vindos de todos os rincões da Pátria não poderiam construir, em pouco mais de 1.000 dias, a Capital da República e oferecer ao mundo o Patrimônio Cultural da Humanidade que é Brasília.

Este é ano de 2010 marca também o cinquentenário ar'ístico

Vista aéreo do Cruzeiro - Brasília-DF



Foto: S. Ben. Edições/SCOWEN

do pintor e muralista **D.J. Oliveira**, que, a pedido do doutor Francisco Manoel Brandão, fez as primeiras obras de arte para os construtores da cidade no Restaurante do SAPS na Candangolândia e que, inquestionavelmente, é o Batismo Cultural do Distrito Federal. ➔

JARBAS SILVA MARIQUES
Jornalista, professor, historiador e membro
do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Exército Brasileiro revitaliza carro de JK

O Exército Brasileiro revitalizou um carro que pertenceu ao Presidente **Juscelino Kubitschek**. Trata-se de uma Mercedes Benz ano 1963, que atualmente é propriedade de **Antônio Henrique Servo** e de **Rosana de Queiroz Servo**, cuja família adquiriu o veículo da própria **Sarah Kubitschek** em 1984. O casal também é proprietário da Fazenda-Museu JK, localizada em Luzânia/GO, a 67 quilômetros da Capital Federal. A Fazenda JK, como é conhecida, abriga a última moradia de **Juscelino Kubitschek**. O local, além de ser uma das obras arquitetônicas projetadas por **Oscar Niemeyer**, conserva diversos objetos pessoais do ex-Presidente, dentre os quais o veículo que foi revitalizado.

O trabalho de revitalização do carro do ex-Presidente JK foi feito pelo Comando Militar do Planalto, por meio do 16º Batalhão Logístico (16º B Log), e durou oito dias. Consistiu na reforma de toda a pintura externa, na recuperação

dos estofados e, principalmente, na reforma do motor, fazendo com que o veículo voltasse a funcionar depois de anos.

Graças a uma parceria com o Clube dos Pioneiros de Brasília e de duas empresas privadas, a reforma foi realizada sem ônus para o Exército Brasileiro, que empenhou apenas a mão de obra e contou com o apoio de especialistas em carros antigos para o projeto.

A entrega do automóvel à Fazenda-Museu JK foi feita em solenidade militar especial no dia 30 de abril deste ano, no mês em que Brasília comemorava seus 50 anos.

O mais novo desafio agora é o de revitalizar o último carro que pertenceu a **Juscelino Kubitschek**, o Galaxie LTD, fabricado em 1974. O veículo ficava exposto no Memorial JK, localizado na Capital Federal, e agora está nas mãos do 16º B Log, motivado pela missão de fazê-lo funcionar e deixá-lo o mais próximo possível do que era quando novo. ➔



Antônio Henrique e Rosana Servo, proprietários do Mercedes Benz revitalizado e da Fazenda-Museu JK, recebem as chaves do veículo das mãos do Comandante do 16º Batalhão Logístico

Marcha Bahia-Brasília

“Esta marcha simbolizaria a união do passado com o presente ligando o Marco de Fundação da Cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil, a Brasília, a capital do futuro.”

A ideia surgiu durante uma reunião de Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador, com o objetivo de realizar um deslocamento de Salvador a Brasília, por ocasião da inauguração da Nova Capital. Aprovada a ideia, o Comandante da 6ª RM, General de Brigada **João de Almeida Freitas**, determinou ao seu Estado-Maior que fossem feitos os estudos e o planejamento necessários para uma operação daquela envergadura.

Esta marcha simbolizaria a união do passado com o presente ligando o Marco de Fundação da Cidade de Salvador; a primeira capital do Brasil, a Brasília, a capital do futuro”.

A operação foi designada “Marcha Bahia-Brasília” e foi concebida para ser realizada com:

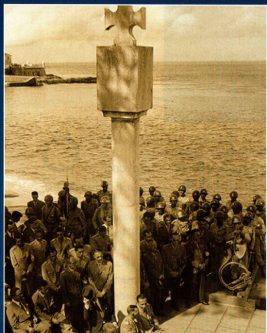
- transporte ferroviário de Salvador a Brumado (BA);
- transporte rodoviário de Brumado a Bom Jesus da Lapa (BA);
- transporte fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (BA);
- marcha a pé de Carinhanha a Brasília (DF); e
- transporte aéreo de Brasília a Salvador.

O destacamento de marcha foi constituído por voluntários de todas as Unidades e Estabelecimentos da 6ª RM e mais um pequeno grupamento da Polícia Militar da Bahia, perfazendo um total de 86 integrantes: sete oficiais (sendo um tenente da Polícia Militar da Bahia, um tenente médico e um aspirante a oficial temporário intendente); um aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), 20 sargentos, 12 cabos e 46 soldados.

As 08h00min do dia 15 de março de 1960, com a presença do destacamento de marcha, foi realizada uma solenidade, junto ao Marco de Fundação da Cidade de Salvador, na qual se destacaram os eventos: missa celebrada por Sua Eminência D. **Augusto Cardeal da Silva**, Primaz do Brasil; palavras do Comandante da 6ª RM e entrega ao Comandante do Destacamento de Marcha de uma mensagem endereçada ao Presidente da República, **Juscelino Kubitschek de Oliveira**, assinada pelo Governador da Bahia, **Juracy Montenegro Magalhães**; pelo Prefeito de Salvador, **Heitor Dias**, e pelo Comandante da 6ª RM.



Formatura no pátio do Quartel-General da 6ª Região Militar



Reunião do Destacamento junto ao Marco de Fundação de Salvador



Cerimônia religiosa no Marco de Fundação de Salvador



Trecho da marcha motorizada

Nesse mesmo dia, às 14h55min, teve início o deslocamento rodoviário a partir do pátio do Quartel-General da 6ª RM. Uma equipe de imprensa, chefiada por um capitão, dois sargentos (inegrafista e fotógrafo) e dois jornalistas (Jornal da Bahia e A Tarde), acompanhou o destacamento de marcha.

Os Impponderáveis da Marcha

Fortes chuvas que caíram na região provocaram a queda de uma ponte no trajeto, não permitindo a realização do transporte ferroviário previsto para o primeiro trecho. A falta de verba também impossibilitou a execução do transporte aéreo de Brasília para Salvador. Em consequência, o deslocamento foi feito da seguinte forma:

- rodoviário de Salvador a Bom Jesus da Lapa (1019 km);
- fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (115 km);
- marcha a pé de Carinhanha a Brasília (685 km); e
- rodoviário de Brasília a Salvador (2322 km), no total de 4141 km.

Em alguns trechos, a intransitabilidade de algumas pontes sobre rios que transbordavam impediu o emprego de viaturas, tornando-se imprescindível a atuação da Força Aérea Brasileira na realização do apoio logístico. Durante os altos horários, a tropa preparava pistas de pouso onde aterrissavam os aviões T6 da Base Aérea de Salvador e os L19 da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), trazendo peças e acessórios para as viaturas, gêneros perecíveis e outros, que não podiam chegar por via terrestre.

Durante o primeiro percurso, devido às péssimas condições das estradas de terra, aconteceu um acidente com a viatura cisterna, que virou, obrigando a tropa a realizar o resto da marcha sem essa viatura de grande importância para a operação.

A marcha a pé teve início com o apoio de duas únicas viaturas (um jeep e um caminhão). As demais ficaram aguardando a balsa para o deslocamento fluvial. Foi transportado o estritamente essencial, ou seja, material de estacionamento, cozinha e gêneros para oito dias. As outras viaturas de apoio seguiram após a chegada da balsa. As mais pesadas (dois caminhões) e a viatura tanque de combustível) deram a volta por Minas Gerais e foram se encontrar com a tropa em Formosa (GO).

Após o oitavo dia de marcha, a tropa ficou estacionada durante três dias, enquanto aguardava a chegada de peças para duas viaturas que apresentaram pane. As peças para reposição seriam trazidas de Salvador por um avião L19 que realizava o apoio logístico na oportunidade.

As etapas de marcha

A marcha motorizada Salvador-Bom Jesus da Lapa (1019 km) foi concluída às 03h00min do dia 20 de março. Nesse deslocamento, a tropa recebeu homenagens nas cidades de Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa. Existia asfalto somente nos primeiros 101 km. O trecho restante era estrada de terra em

péssimo estado de conservação. A tropa foi alimentada com ração R-2, tipo EMFA, confeccionada e fornecida pelo Estabelecimento Regional de Subsistência da 6ª Região Militar.

A marcha fluvial foi realizada a bordo do vapor "Barão de Cotegipe", com início às 18h27min do dia 20 de abril e término às 20h30min do dia 21 de abril. Após a chegada a Carinhanha, o destacamento permaneceu embarcado até o dia seguinte.

Com uniforme e equipamento de campanha, com armamento e sem capacidade de ago, a marcha a pé teve início às 07h00min do dia 22 de abril. Diariamente, o deslocamento começava em torno das 04h00min (assim que terminava a refeição da manhã) para que se encerrassem por volta das 11h00min.

O Grupoamento de Apoio Logístico deslocava-se à frente, de modo que a tropa, ao terminar a marcha, encontrasse o acampamento montado e a cozinha em funcionamento. A distância a ser percorrida não ultrapassava 47 km diários e dependia do terreno. O limite era determinado em função da existência de água nas proximidades, já que não havia viatura cisterna.

Entre os dias 29 março e primeiro de abril, depois de atingir a cidade de Cocos (BA), a tropa ficou estacionada, enquanto aguardava o conserto de duas viaturas de apoio.

Na manhã do dia 7 de abril, o destacamento atingiu o Marco



Primeiro dia de marcha do destacamento



O Comandante e o médico do Destacamento no Marco de Trijunção (Minas Gerais, Bahia e Goiás)



da Trijunção (MG/BA/GO); no dia 14, chegou à cidade de Formosa (GO), onde foi recebida com muitas honras.

Em 18 de abril, na procura de um campo de pouso para o L19, ainda a 30 km de Brasília, o Comandante do Destacamento avistou os altos edifícios e o Lago Paranoá, registrando, em seu Diário de Marcha, o seguinte:

"Foi a primeira impressão que tive: algo de majestoso, perdido no meio daquela imensidão que é o Planalto Central. Senti, nessa oportunidade, o monumental trabalho do homem, erguendo do nada, naqueles campos imensos, uma cidade grandiosa. Queriam ou não, não resta a menor dúvida, ao se divisar aquele panorama, concluir que, forçosamente, Brasília será um fator de progresso para a região e para o Brasil".

Às 11h00min do dia 19 de abril de 1960, o destacamento de marcha chegou ao quartel da 6ª Companhia de Guardas, na cidade de Brasília, montando acampamento

no espaço existente entre esta e o Palácio do Planalto.

A tropa baiana tomou parte no desfile militar de inauguração da Nova Capital. Nessa oportunidade, em frente ao Palanque Presidencial, o Comandante do Destacamento entregou ao Comandante da 6ª RM a mensagem trazida da Bahia. O General Freitas, Comandante da 6ª RM, após leitura ostensiva da correspondência, entregou-a ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, **Juscelino Kubitschek de Oliveira**.

“Uma tropa executa marcha a pé com bom rendimento, quando chega ao seu destino no tempo previsto e em condições de realizar tarefas militares.”

Manual de Instrução Individual Básica

Às 15h00min do dia 23, teve início o deslocamento em transporte rodoviário no trajeto Brasília, Belo Horizonte, Salvador, chegando ao Quartel-General da Região até o Marco da Fundação da Cidade de Salvador, ponto inicial e final da marcha. Nessa ocasião o destacamento foi saudado pelo Prefeito de Salvador, **Heitor Dias**, e, em seguida, foi celebrado um ofício religioso em regozijo pelo feio e feliz cumprimento da missão.

"DA BAHIA DE THOMÉ DE SOUZA A BRÁSLIA DE JUSCELINO KUBITSCHEK"

Senhor Presidente

Daqui desta cidade que foi o primeiro capital do Brasil, mandamos a Vossa Excelência, neste hora em que instala a Nova Capital, esta palavra de fé nas destinas da Nação.

Aqui nascemos, por orgulho de todos nós. A descoberta fora um pouco mais óbvia, e aí se plantou em solo baiano — em solo brasileiro, vale dito — o primeiro Cruz de Cristo.

Pouco tempo depois, porém, era a cidade subindo a escarpa, cá dentro na Baía de Todos os Santos.

E se construíram as primeiras casas e se levantou o primeiro grêco com pedra de cantaria vinda de Portugal.

E se abriu a primeira escola e se eleou o primeiro fante e se construiu o primeiro governo.

Dali para cá, são quatrocentos e poucos anos de trabalho, de desenvolvimento, de bandeirismo, de busca, de construção, de lutas e de esperança.

A civilização implantada no litoral foi ganhando o interior. Bandeiras e mais bandeiras saíram de São Paulo e do Bahia, desbravando a terra indígena e pontilhando de vilas e curais o sertão mineiro.

E mandava daqui, "desta baía" dizer, em agosto de 1549, o padre Nóbrega ao seu provincial padre Simão Rodrigues:

"Eu trabalhei por escolher um lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e semente achei um que lá vai por mostra a Sua Alteza, a qual tem muitas inconveniências porque fica muito junto do SE, e duas igrejas juntas, não é bom, e é peguemo, porque se há de fazer a casa não tem mais X'braga posto que tenha o cumprimento do coto do 40. E não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa por ser tudo muito íngreme e com muita sujeição do coto.

E portanto a todos nos parece muito melhor um sítio que está logo além da cerca, para a parte donde se há de estender a cidade de maneira que entre a muitos anos podermos ficar no meio..."

O mesmo ditamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, da Bahia, à hora da instalação da Nova Capital do Brasil, sendo que vez da nascer da República. A "cerca" da civilização, do progresso, não chegou ao planalto central; mas, dentro em pouco, Brasília estará ao "meio".

Esta é a esperança da Bahia de Thomé de Souza no Brasília de Vossa Excelência.

Cidade de Salvador, 21 de abril de 1960

Juracy Montenegro Magalhães

Governador do Estado do Bahia

Heitor Dias

Prefeito da Cidade de Salvador

General João de Almeida Freitas

Comandante da 6ª Região Militar

Integrantes do Destacamento que realizou a Marcha a Pé de Caninhara a Brasília

Fatores de sucesso da Marcha Bahia-Brasília

Foi realizado um reconhecimento detalhado do itinerário de marcha, quando se procurou levantar as informações sobre tudo que poderia influenciar na execução da operação: estado das estradas e pontes, condições de abastecimento de água, carne verde, verduras etc.

A tropa estava muito bem instruída. Tinha perfeita noção do que iria acontecer e de como enfrentar as dificuldades da operação.

Moral elevado. Todos eram voluntários e sabiam da nobreza da missão, o que concorreu para aumentar ainda mais o espírito de corpo, embora fossem representantes de várias Organizações Militares da guarnição de Salvador, inclusive militares de outra Força.

Todos foram submetidos à rigorosa inspeção de saúde e considerados aptos, antes e depois do período de treinamento, baseado em um árduo plano preparado pelo Comandante do Destacamento. Também tomaram vacinas antiamarílica, antivaricélica e antitetânica. Em função desses cuidados, não houve nenhuma baixa. Todos os que iniciaram o deslocamento em Salvador chegaram a Brasília.

Diariamente, do dia 22 de fevereiro ao dia 9 de março de 1960, foi colocado em execução um plano de treinamento físico que compreendia uma sessão de educação física e uma marcha a pé. Esse plano foi composto de sessões de educação física, com corridas de 2000, 3000, 4000 e 5000 metros, marcha de 37 km e, ao final, foi realizado um acampamento. O treinamento de marcha totalizou 278 km, sob as mais variadas condições de terreno (astilo, terra e areia); horário (madrugada, manhã, tarde e noite); tempo (sol, chuva e nublado) e em temperaturas variadas.

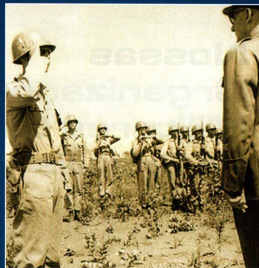
Durante os dias de marcha em que permaneceu estacionada por imposição dos imponderáveis, para não interromper o ritmo de trabalho físico, a tropa foi submetida a sessões de Educação Física e Ordem União.

A capacidade de liderança do Comandante do Destacamento e as decisões corretas e oportunas que tomou, com certeza, foram importantíssimas para o êxito no cumprimento dessa missão.

O Destacamento de marcha

O Capitão **Lauro Magalhães Castro Amorim**, Comandante do Destacamento de Marcha é natural de Cachoeiro do Itapemirim (ES). Atualmente, como coronel reformado, reside na cidade de Resende (RJ), desde 1991. Foi declarado aspirante a oficial de Infantaria em 1949 — Turma Marechal **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, da então Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras. Ao comandar a Marcha Salvador-Brasília, era capitão ajudante de ordens do Comandante da 6ª Região Militar.

Os demais componentes do Destacamento de Marcha pertenciam às seguintes Organizações Militares: 19º Batalhão de Caçadores — Batalhão Pirajá, 1ª Companhia Independente de Fuzileiros, 4ª Companhia de Guardas, Colégio Militar de Salvador, Companhia de Polícia da 6ª Região Militar, Companhia do Quartel-General da 6ª Região Militar, 1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa Movel, Centro de



Dia 21 de abril de 1960 — o Destacamento participou do Desfile Militar com uniforme de marcha

Preparação de Oficiais da Reserva de Salvador: 18ª Circunscrição de Recrutamento, 28º Batalhão de Caçadores, 19ª Circunscrição de Recrutamento e Polícia Militar da Bahia.

Hoje, os mais jovens beiram a idade de 69 anos e os seus nomes encontram-se registrados nos anais da 6ª Região Militar como participantes do feito histórico, que, com certeza, engrandecerá, ainda mais, a história da inauguração da nova Capital Federal do Brasil.

A marcha como feito histórico

Segundo o respeitado historiador militar Coronel **Claúdio Moreira Bento**, Presidente da Academia de História Militar "Terrestre, a "Batalha de Jenipapo", ocorrida no Piauí em 13 de março de 1823, foi um confronto entre piauienses, maranhenses e cearenses contra as tropas do Major **João José da Cunha Fidélis**, comandante das tropas portuguesas, encarregadas de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa (VO nº 204/2010). Nessa campanha, **Fidélis** foi convocado para sufocar a insurreição e obrigado a uma viagem desgastante de 36 dias, causando admiração à rapidez com que as tropas portuguesas cobriram uma distância de cerca de 660 km de marcha, deslocando a sua artilharia com 11 peças, em 23 dias, numa média de 24 km/dia, por uma região assolada pela seca. Ao procurarmos em nossa História Militar um outro episódio comparável a essa marcha empreendida pelo experimentado soldado, encontramos o feito histórico "A Marcha Bahia-Brasília", de itinerário de cerca de 685 km a pé, feita em 29 dias, numa média de 24 km/dia, que serve para avaliarmos a grande fagacidade de **Fidélis** em sua marcha, considerada por oficiais de infantaria como extremamente forçada. E, mais de 135 anos depois, a "Marcha Bahia-Brasília" reproduz esse feito num momento marcante de nossa história, que é a inauguração da nova Capital Federal do Brasil. ➔

Fonte: Relatório de Marcha, elaborado pelo Capitão Lauro Magalhães Castro Amorim, Comandante do Destacamento da Marcha Bahia-Brasília.

Nossas Organizações Militares Cinquentenárias de Brasília



Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar

A transferência do Governo Federal para a recém-construída cidade de Brasília materializava o sonho antigo de trazer a Capital Brasileira para o centro do País. Essa transferência gerou a necessidade de dotar Brasília de um contingente do Exército à semelhança do que havia na então Capital Federal, no Rio de Janeiro, incumbido das mesmas missões.

Por volta de 1958, quando começa a surgir, em meio ao cerrado do Planalto Central, os traços e monumentos da nova

Capital Federal, encontramos o registro da primeira organização militar do Exército Brasileiro em Brasília. Essa unidade, sediada em um quartel de madeira, próximo às obras do Palácio da Alvorada, foi o embrião do atual Comando Militar do Planalto.

Em 21 de abril de 1960, a nova Capital era inaugurada e, quatro dias depois, em 25 de abril daquele ano, nasce o Comando Militar de Brasília e a 11ª Região Militar. O primeiro comandante foi o General de Brigada **Mário Poppe Figueiredo** e o segundo, o General de Brigada **Ernesto Geisel**, que, anos depois, viria a ser Presidente da República, no período de 1974 a 1979.

A atual denominação surgiu em 26 de fevereiro de 1969, com a criação do Comando Militar do Planalto, ainda em conjunto com

a 11ª RM. Em 25 de março de 1994, a 11ª Região Militar foi desmembrada do Comando Militar do Planalto, tornando-se autônoma. As muitas mudanças ocorridas em sua denominação, organização e estrutura desde a sua criação não alteraram a essência das missões e atividades executadas pelos dois Comandos nesse meio século de existência. No distintivo do CMP estão quatro estrelas, em referência a sua área de responsabilidade, representando os Estados de Goiás e Tocantins e, ainda, o Triângulo Mineiro e o Distrito Federal.

O Comando Militar do Planalto é, sem dúvida, o Comando Militar de Área mais diversificado do Exército Brasileiro e cumpre, além das missões tradicionais de um Comando Militar de Área, uma miríade de missões, que vão desde o cerimonial militar e



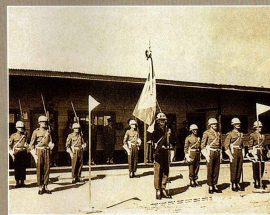
Desfile militar na solenidade de comemoração dos 50 anos do CMP e da 11ª RM

segurança ao Presidente da República, e eventualmente aos Chefes de Estado estrangeiros em visita a Brasília, até a preparação para os conflitos de última geração, nos quais o teatro de operações se apresenta de forma não linear e não contínua, exigindo cada vez mais as operações especiais.

Dentre as unidades subordinadas, estão algumas das organizações militares mais tradicionais da Força, como o Batalhão da Guarda Presidencial, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – os Dragões da Independência, e o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Ressaltam-se, ainda, as singulares tropas de guerra eletrônica e de langosteiros múltiplos de foguetes, que só estão presentes neste Comando Militar de Área.

Historicamente, o Comando Militar do Planalto tem mantido a alta qualificação do seu pessoal, professando valores morais e éticos, identificados com a história e ideais do nosso País, tendo os atuais e antigos integrantes do Comando Militar do Planalto orgulho de sempre servir com dignidade e abnegação ao Brasil.

O militar do Comando Militar do Planalto é, em muitos casos, a representação única do Exército Brasileiro para as diversas comitivas estrangeiras que passam, semanalmente, pela Capital do País. É esse militar, impecavelmente fardado, de marcialidade ímpar e de olhar ativo, o responsável pela primeira e, muitas vezes, única impressão de um chefe estrangeiro sobre o nosso Exército. Assim, o valor do militar do Comando



Campanha de Polícia da 11ª Região Militar



Atividade Cívico-Social realizada no Parque da Cidade

Militar do Planalto irradia-se para além das fronteiras do Brasil.

Em Brasília, o Comando Militar do Planalto trabalha em completa sinergia e sintonia com os Três Poderes Constituídos, servindo como guardião fiel da Lei e da Ordem, mantendo constante aprestamento e prontidão de suas tropas para garantir as demandas do Chefe Supremo das Forças Armadas, o Presidente da República.

No centro das decisões do País, o Comando Militar do Planalto trabalha de maneira profícua e harmônica com o Ministério da Defesa, com os órgãos de direção geral e setorial do Exército Brasileiro; e com seus congêneres da Marinha do Brasil, o 7º Distrito Naval, e da Força Aérea Brasileira, o 6º COMAR.

Ao completar seus 50 anos, o Comando Militar do Planalto e a 11ª Região Militar rendem homenagens a todos aqueles que fizeram e fazem a indelével história desses dois Comandos. Homens e mulheres dedicados integralmente ao serviço que, "ocupando o cerrado da Pátria" – como diz a canção do CMP –, souberam entender a grandeza de suas missões. Destaquejos como o Marechal **José Pessoa** e o Tenente-Coronel **Luiz Cruzis**, pioneiros de Brasília, bem representam a presença gloriosa do Exército Brasileiro no Planalto Central.

Com a certeza de um futuro "infinito e brilhante", o Comando Militar do Planalto e a 11ª Região Militar saberão modernizar-se para fazer face aos novos desafios, mantendo a chama nativa de sua criação e sua essência maior que é "guardar os destinos da Pátria, sem fraqueza: – com força e vigor", no Planalto Central Brasileiro.

Planalto!



Batalhão de Polícia do Exército de Brasília



Foto: Emerson Siqueira/Armas

No ano em que completa seus 50 anos de criação, o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, o "BATALHÃO BRASÍLIA", volta seus olhos para o passado e remonta sua história, que tanto se confunde com a de nossa Capital Federal.

Teve início com a criação da Companhia de Polícia da 11ª Região Militar, em 13 de maio de 1960, cujos pioneiros eram militares oriundos da 6ª Companhia de Guardas, que se encontrava no Distrito Federal desde o início da construção da Nova Capital Federal, no ano de 1957.

Em 06 de setembro de 1961, foi criado o Batalhão de Polícia do Exército da Guarda Presidencial, ao qual foi integrada a Companhia de Polícia da 11ª RM e, finalmente, em 21 de dezembro de 1962, transformou-se no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, extinguindo-se, assim, a Companhia de Polícia da 11ª RM.

Seu aquartelamento inicial situava-se próximo ao Palácio da Alvorada e, em 1964, passou a ocupar as atuais instalações.

Dez anos mais tarde, em

solene homenagem à cidade que desde sua criação, foi agraciado com a denominação histórica de "Batalhão Brasília".

Desde sua criação, o Batalhão Brasília teve ativa participação nas atividades do Governo Federal, sempre atuando em apoio à instalação e consolidação desse governo na Capital Federal.

Por meio século, o Batalhão Brasília vem se destacando e se consolidando como uma das tropas de elite do Exército Brasileiro, não tendo uma rotina natural de trabalho pela proximidade com o Alto Comando do Exército e com a Presidência da República.

Ao comemorar os seus 50 anos de criação, o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília é mais uma demonstração evidente de que a iniciativa do Marechal **Zenóbio da Costa**, criador e patrono da Polícia do Exército, por ocasião dos preparativos para o embarque da Força Expedicionária Brasileira rumo à Itália, se fazia necessária para a evolução da Força Terrestre Brasileira.

Uma vez PE, sempre PE.



Desfile de tropa nas antigas instalações próximas ao Palácio da Alvorada



Apresentação da Pirâmide Humana em 7 de Setembro – 2007



32º Grupo de Artilharia de Campanha

Criada em 06 de abril de 1960, por decreto presidencial, a Primeira Bateria de Canhões Independentes Automotivos Antiaéreos 40 mm foi o núcleo formador do 32º Grupo de Artilharia de Campanha – 32º GAC.

A atuação pronta, coesa e decidida da 1ª Bateria, no ano de 1963, valeu-lhe entusiásticas referências elogiosas do Senado da República, constantes nos anais daquela Casa do Congresso Nacional.

Em 31 de março de 1966, transferiu-se para suas novas, funcionais e definitivas instalações no Setor Militar Urbano.

Após sofrer mudanças em sua designação, finalmente, em 1º de janeiro de 1974, transformou-se no 32º Grupo de Artilharia de Campanha, a única Unidade da Arma de Mallet na Capital da República e em toda a área do Comando Militar do Planalto.

Em 1979, foi-lhe concedida a denominação histórica de "Grupo D. Pedro I", considerando que:

— **D. Pedro I**, o Proclamador da Independência, foi o criador do 1º Corpo de Artilharia que tomou parte na Campanha da Cisplatina;

— associar o nome de **D. Pedro I** a uma Unidade de Artilharia relembra os feitos históricos dos integrantes daquele Corpo, extinto em 1831; e

— na nova Capital da República, impõe-se estabelecer ligação entre a Artilharia do passado e a moderna Artilharia.

No sentido de manterem vivas suas tradições, em 10 de junho de 1986, foi criada, no 32º GAC – Grupo D. Pedro I, uma Bateria Histórica com o nome de "Caieira".

A Bateria Caieira tem por missão integrar as atividades do cerimonial militar da Presidência da República e realizar as salvas de gala para os Chefes de Estado e outras autoridades em vista oficial à Capital Federal. Além disso, a Bateria Caieira participa de maneira destacada em diversas solenidades no âmbito do Comando Militar do Planalto.



Fachada do 32º GAC



Bateria Caieira



16º Batalhão Logístico

Atendendo à necessidade de acompanhar a estruturação da cadeia de manutenção do Exército, foi criado, em 25 de abril de 1960, o 4º Pelotão de Manutenção de Apoio (4º Pel Mnt Ap), organização de manutenção embrionária, na área do Planalto Central.

Em 11 de dezembro de 1962, o 4º Pel Mnt Ap passou a denominar-se 4º Pelotão de Apoio de Material Bélico (4º Pel Ap MB), como consequência da criação do Quadro de Material Bélico.

Em 31 de agosto de 1965, o 4º Pel Ap MB recebeu os encargos de depósito regional, abraçando, assim, missões importantes e de grande responsabilidade, além daquelas que já desempenhava.

Com a ampliação do número de unidades e a consequente necessidade de se prestar um apoio mais eficaz, o 4º Pelotão foi transformado na 131ª Companhia de Apoio de Material



Bélico (131ª Cia Ap MB), em 28 de dezembro de 1967.

Finalmente, em 07 de novembro de 1973, a 131ª Cia Ap MB recebeu a designação atual, 16º Batalhão Logístico (16º B Log).

As bases de sustentação da cadeia de manutenção no Planalto Central haviam sido lançadas, e coube ao 16º B Log a nobre missão de seguir esse designio, conforme está contido em sua canção "Viver para servir".

No dia 16 de abril de 2010, a Unidade comemorou os 50 anos de existência, que atestam a sua importância no desempenho das atividades de manutenção, transporte, suprimento e apoio de saúde para as Organizações Militares sediadas na área do Comando Militar do Planalto.



Inspeção da 11ª RM em 1972, quando a Unidade ainda era a 131ª Cia Apoio de Material Bélico



1ª Bateria de Artilharia Antiaérea

A Primeira Defesa Antiaérea do Planalto

Neste ano, Brasília comemora seu primeiro cinquentenário, relembrando as epopeias do pioneirismo, da determinação e da capacidade de mobilização do povo brasileiro. O Exército Brasileiro, acompanhando a evolução e os principais acontecimentos de nossa história, também participa dessa fabulosa empreitada, e já o fazia antes mesmo da fundação de Brasília, por meio da 1ª Bateria de Artilharia Antiaérea – 1ª BAAAE, que é a mais antiga Organização Militar de Artilharia e foi a primeira defesa antiaérea da nova capital federal.

As mesmas raízes do alvorecer de Brasília

As origens da atual 1ª BAAAE remontam ao ano de 1960, quando, a 06 de abril, pelo Decreto nº 48056, foi criada a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos de 40 mm, inicialmente organizada no Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, seguiu para Brasília, onde ocupou seu primeiro aquartelamento provisório, rústico e de madeira, às margens do Lago Paranoá, bem próximo ao Palácio da Alvorada. Em 31 de março de 1966, transferiu-se, juntamente com outras unidades, para o atual Setor Militar Urbano.

Em dezembro de 1967, a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos de 40 mm cresceu, transformando-se no 131º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos de 40 mm e, dez meses depois, passou a chamar-se 8º Grupo de Artilharia Antiaérea – 8º GAAAE.

Em 07 de novembro de 1973, a 1ª Bateria do 8º GAAAE transformou-se na atual 1ª BAAAE; as demais subunidades formaram a gênese do atual 32º Grupo de Artilharia de Campanha, fazendo com que a história dessas



Desfile Cívico Militar no Eixo Rodoviário

duas Organizações Militares possuía o mesmo elemento formador.

Em 30 de julho de 2003, a Organização Militar recebeu a denominação histórica "Bateria Tenente Juvenino da Fonseca", homenagem ao intrépido oficial, introdutor em nosso Exército da técnica de aerostação, que tinha com um dos objetivos a defesa contra aeronaves, atual defesa antiaérea (DAAE), fazendo ressurgir, operacionalmente, o emprego de balões, cujo pioneirismo coube ao então Marquês de Caxias, por ocasião da Campanha da Tríplice Aliança.

Atualmente, seus integrantes buscam constantemente fazer com que esta Organização Militar seja reconhecida pela prontidão e capacidade operacional em qualquer cenário de emprego.



Formatura de Entrega do Aquartelamento – 1962



Atrador do Missil Ijira 9x38

6ª Companhia de Guardas

As primeiras raízes verde-oliva no Planalto Central



Formatura da 6ª Cia Gds na inauguração do Palácio Alvorada

Antes mesmo da inauguração de Brasília, a presença de militares se fez necessária com a instalação da 6ª Companhia de Guardas (6ª Cia Gds) durante a construção da cidade. A 6ª Companhia de Guardas foi o primeiro contingente das Forças Armadas instalado na Nova Capital. Criada pelo Decreto nº 42.269, de 17 de setembro de 1957, teve seus preparativos realizados inicialmente em Goiânia, onde foram reunidos os materiais e os integrantes da nova Unidade. No dia 21 de maio de 1958, saiu pela primeira vez em Brasília o clarim, anunciando a alvorada que implantava o marco definitivo da instalação do Exército Brasileiro na futura Capital.

No início, a tropa acantonou em local próximo ao Palácio do Planalto e deu início à construção do quartel, todo em madeira. A Unidade teve como primeiro comandante o Capitão Cleber Gomes Ferreira e contava com um efetivo inicial de 135 militares provenientes de diversas Unidades do Brasil. Os barracões de madeira foram construídos entre o Palácio da Alvorada e o Hotel Brasília Palace. A 30 de junho do mesmo ano, formou pela primeira vez, por ocasião da inauguração do Palácio da Alvorada, para prestar honras ao Presidente da República e, a sete de setembro, abriu o primeiro Desfile da Independência no Planalto Central.

O Capitão da Reserva Antônio de Araújo viveu bem essa época. Ele pertenceu ao primeiro contingente da 6ª Cia Gds. "Os pioneiros foram selecionados na 4ª Região Militar, que, naquela época, compreendia Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Todos foram voluntários para vir para a "Capital da Esperança", como era chamada a futura cidade, um lugar ermo em 1958." As famílias das militares não podiam acompanhá-lo porque a cidade ainda não tinha infraestrutura montada.

O Capitão Araújo afirmou que se sente honrado em fazer parte dessa história, e lembrou que foi um dos primeiros soldados a tirar serviço no Palácio da Alvorada.

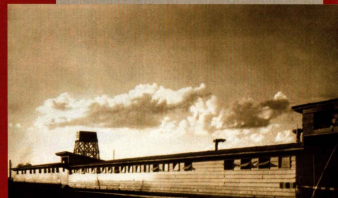
Hoje, os militares que permaneceram na cidade fundaram a Associação dos Militares Pioneiros de Brasília, que promove encontros regulares de seus integrantes.

A 6ª Cia Gds atuou em diversas ocasiões em que foi chamada a prestar serviços, quer nas missões normais de Guarda ao Palácio Presidencial e Guardas de Honra para autoridades brasileiras e/ou Chefes de Estado das nações amigas em visita oficial a Brasília. Atuou também nas missões eventuais de manutenção da ordem pública na cidade em construção e no pleito eleitoral da cidade de Pirenópolis, em Goiás. Recebeu frequentes elogios das autoridades e inspirou tranquilidade à população, procedente de várias regiões do País, que começava a povoar a Capital.

Com a mudança da Capital, em 1960, a Cia Gds foi extinta, e o acervo foi absorvido pelo Batalhão de Guarda Presidencial. No aquartelamento, nessa ocasião já bastante melhorado, foi instalada a Companhia de Polícia do Exército da 1ª Região Militar, que, em 1961, transferiu-se para o Setor Militar Urbano, dando origem ao atual Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Novamente, o antigo aquartelamento foi ocupado, dessa vez pela 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos Antiaéreos, que deu origem ao atual 32º Grupo de Artilharia de Campanha.

Do núcleo pioneiro às várias Organizações Militares do Exército que hoje integram o Comando Militar do Planalto, muito se fez desde a construção até os dias de hoje. Entretanto a 6ª Companhia de Guardas viveu um dos períodos mais esplendorosos, ricos e idealistas da história brasileira, com seus integrantes cheios da certeza do êxito e esperança no

cumprimento da missão. Foi um trabalho árduo, numa cidade em construção no sertão do Brasil, afastada dos grandes centros do País. Foram dois anos longe das famílias, cumprindo as mais diversas missões e lutando contra as dificuldades normais e características desse período. Sem desconsiderar o trabalho daqueles militares que, após a inauguração da Nova Capital, muito contribuíram para o crescimento e fixação dessa metrópole, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, os 135 militares voluntários da 6ª Cia Gds foram os legítimos pioneiros militares que lançaram, com coragem, abnegação e amor à Pátria, as primeiras raízes verde-oliva no altiplano central.



Deslocamento Rio de Janeiro-Goiás

Batalhão da Guarda Presidencial

187 anos de História,
50 anos em Brasília

O ano era 1822... Euforia e incertezas dominavam a recém-independente Nação. A reação da Coroa portuguesa era ainda uma incógnita na forma e na intensidade. Outrossim, já se vislumbravam resistências no próprio território brasileiro de tropas e políticos leais a Portugal e que relutavam deixar a antiga colônia conforme decreto do novo mandatário.

No 12 de outubro, o Imperador reúne, no Campo de Sant'Anna, Rio de Janeiro, tropas que lhe são leais e, pessoalmente, seleciona os integrantes de sua Guarda Imperial e do Batalhão do Imperador, ótimas mater do Batalhão da Guarda Presidencial.

Dentre os escolhidos, o então Tenente **Luis Alves de Lima e Silva** que, a 10 de novembro do mesmo ano, sob as bênçãos de

Dom **José Caetano da Silva Coutinho**, bispo capelão-mor, recebe do Imperador **D. Pedro I** o Pavilhão Nacional da nova Nação,

fazendo-o, assim, o primeiro Porta-Bandeira do Brasil.

Luis Alves de Lima e Silva permanecerá no Batalhão do Imperador da criação até a sua dissolução, desempenhando funções como Ajudante-Secretário, Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros e Subcomandante do Batalhão, já no posto de Major. Seria no Batalhão do Imperador que o futuro Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro receberia seu batismo de fogo nas lutas pela independência, na Província da Bahia.

O Decreto Imperial de 18 de janeiro de 1823 criava formalmente o Batalhão do Imperador:

"Querendo dar à Província da Bahia mais uma prova de quanto tenho em consideração proporcionar meios de a tomar livre de opressão, com que as tropas Lusitanas pretendem dar-lhe a lei pela força, e abafar seus patrióticos sentimentos, declaramos



Brasão Monárquico Império do Brasil
Reinado de Dom Pedro II



Campo de Sant'Anna



"Ordem de Alerta" do Batalhão de Guardas - 1950

francamente pela sagrada causa do Brasil, e julgando portanto que muito conviria enviar-lhe um reforço de tropas escolhidas, comandadas por oficiais cujos préstimos e boas qualidades sejam do meu imediato conhecimento, hei por bem criar, para aquele fim e para continuar a fazer parte do Exército deste Império, um Batalhão de Caçadores que será denominado Batalhão do Imperador".

Já em 28 de janeiro do mesmo ano, o Batalhão do Imperador embarca com destino à Bahia, onde desembarcou a 28 do mês seguinte com o propósito de combater as tropas portuguesas de **Madeira de Mello** e consolidar a Independência. Nessa oportunidade, o Batalhão era comandado por **José Joaquim de Lima e Silva**, Visconde de Magé (tio de Caxias), que comandava o Exército Pacificador quando da entrada em Salvador, a 2 de julho de 1823, tendo o Batalhão do Imperador como vanguarda. A 16 de novembro do mesmo ano, consolidada a independência, o Batalhão do Imperador, vitorioso, retorna à Corte.

Os tumultuados primeiros anos da nova Nação, no entanto, iriam novamente determinar o emprego do Batalhão na Guerra da Cisplatina, mais precisamente na região de Montevidéu e Colônia do Sacramento. Era 10 de maio de 1825, o Batalhão partiu para a região do conflito, agora comandado pelo Tenente-Coronel **Manoel da Fonseca Lima e Silva** (também tio de Caxias). Os combates prosseguiram por mais de dois anos, período em que o Batalhão do Imperador operou invicto e se consolidou a gênese militar do então Capitão **Luis Alves de Lima e Silva**.

O Batalhão recolhe-se à Corte, em 16 de dezembro de 1828.

onde permaneceu até 7 de abril de 1831, quando deixou o quartel de São Cristóvão para reunir-se às tropas no Campo de Sant'Anna a fim de exigir a mudança do Ministério. Com a abdicação de **D. Pedro I**, deixou de constar da reorganização das tropas do Império no Decreto de 4 de maio.

Em 7 de abril de 1933, o Decreto 22.629 do Presidente **Getúlio Vargas** cria o Batalhão de Guardas, com sede no Rio de Janeiro, e estabelece que a nova Unidade "recorde as tradições da Infantaria Brasileira dos tempos da Independência e das primeiras revoluções republicanas".

Dois anos após sua criação, o Batalhão de Guardas é colocado à prova nos tristes eventos de 27 de novembro de 1935. Na oportunidade, além da proteção ao Palácio do Catete, ao Presidente da República e à sua família, o Batalhão atuou na Praia Vermelha para esmagar a sórdida e traiçoeira Intentona Comunista, proporcionando ao Governo e ao povo brasileiro segurança e paz.

No Palácio Guanabara, a 10 de novembro de 1938, atou durante o Golpe Integralista, atacando-lhe o Corpo da Guarda a fim de desobstruir e assumir o controle da entrada principal do edifício em cujo interior encontrava-se o Presidente **Getúlio Vargas** em situação muito delicada.

Em agosto de 1954, coube ao Batalhão de Guardas a árdua missão de defender o Palácio do Catete e a Região do Outeiro da Glória, que se encontravam gravemente ameaçados por grande massa humana, muito exaltada com a morte do Presidente **Getúlio Vargas**.

Em 1957, a 6ª Companhia de Guardas (6ª Cia Gd) é destacada como embrião pioneiro da presença do Exército em Brasília e tinha por missão prover as condições de segurança e de cerimonial às frequentes e necessárias visitas do Presidente da República às obras de construção.

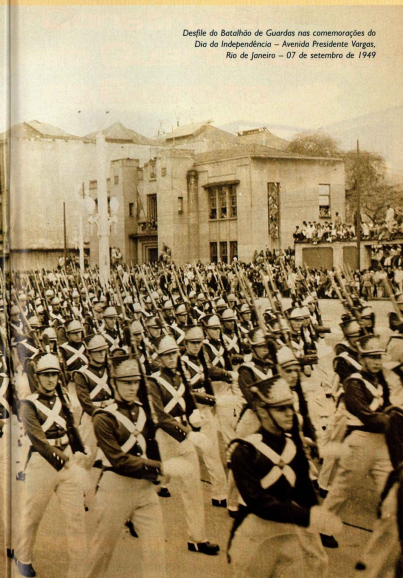
Dois anos mais tarde, a 24 de junho, lançava-se a "estaca fundamental das instalações do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP)", fruto da transferência do Batalhão de Guardas do Rio de Janeiro para Brasília. A transferência da Unidade do Rio para Brasília dá-se mesmo antes de sua formalização, iniciando-se em meados de janeiro de 1960 e realizada por meios aéreos e terrestres, confirmada mais tarde pelo Decreto 48.056, de 06 de abril de 1960, do Presidente **Juscelino Kubitschek**.

Nesse período, a maior parte dos efetivos do BGP é formada por integrantes do próprio Batalhão de Guardas; uns, da extinta 6ª Cia Gd; enquanto outros foram movimentados de diversas regiões do País. Já no 2º semestre de 1960, dá-se a incorporação da primeira turma de conscritos selecionados em Santa Catarina (os "catarinás") e, em 1962, a incorporação passa a ser proveniente de cidades do interior de São Paulo.

Os conturbados anos do início da década de 60 colocaram à prova a capacidade de reação do Batalhão da Guarda Presidencial, única Organização do Exército valor Unidade, em Brasília. Já em 1961, logo após as comemorações do "Dia do Soldado", o então Presidente **Jânio Quadros** renuncia, deixando toda a Nação perplexa.

O Batalhão, então, entra em regime de prontidão por 30 dias, aguardando uma solução para a crise. Ao final de um mês, e ao cabo de muita discussão política, chega-se a uma solução de compromisso: o Congresso vota a mudança da forma de Governo – de Presidencialismo para Parlamentarismo –, sendo **Tâncredo Neves** o Primeiro-Ministro. **João Goulart**, então, desembarca em Brasília, sendo recepcionado com as honras militares devidas.

Em meados de agosto de 1963, a Guarda Especial de Brasília (GEB) – precursora da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) – enfrenta uma grave crise institucional, vindo-se envolvida



Desfile do Batalhão de Guardas nas comemorações do Dia da Independência – Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro – 07 de setembro de 1949

em sérios atritos e em manifestações estudantis, sendo afastada de suas funções em todo o DF e obrigada a recolher a sua arma e seus pertences. Tratava-se de uma tarefa para a qual a Unidade não estava devidamente preparada, seja no que tange à instrução e preparação de seus quadros, seja no tocante aos meios necessários, em particular efetivos, viaturas e equipamentos de comunicações adequados à missão.

É nesse contexto que o BGP, mais uma vez, é chamado à ação e recebe a espinhosa tarefa de "realizar o patrulhamento ostensivo do Distrito Federal", sem prejuízo de suas missões peculiares. Tratava-se de uma tarefa para a qual a Unidade não estava devidamente preparada, seja no que tange à instrução e preparação de seus quadros, seja no tocante aos meios necessários, em particular efetivos, viaturas e equipamentos de comunicações adequados à missão.

Entretanto a missão foi cumprida com maestria até 03 de setembro do mesmo ano, não ocorrendo nenhum

incidente durante o período, fato que merece destaque particularmente devido às turbulências e inquietações do período com crescente número de manifestações de classes e estudantes.

Mas, logo a seguir, a 11 de setembro do mesmo ano, uma nova e mais grave crise se anunciava. Era noite de 11 de setembro quando o 1º Sargento **Edson Borges de Lima**, estando de serviço como Adjunto ao Oficial de Dia, é abordado e preso durante uma ronda nos fundos do quartel por um grupo de militares – praças da Marinha e da Aeronáutica – que tinham como objetivo tomar de assalto o Batalhão.

Utilizando-se de um artilho, o Sargento **Borges** fez-se passar por membro do movimento, convencendo os líderes de que viera apenas confirmar que todos estavam a postos para dar o sinal para deflagrar a ação. Tendo êxito, retorna ao Pavilhão de Comando,

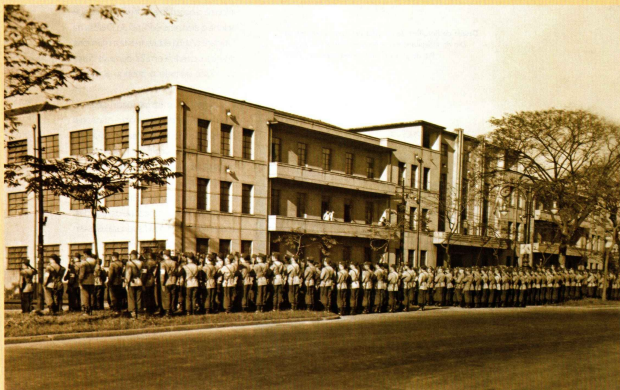
informa o ocorrido ao Oficial de Dia, que aciona o alarme e o Plano de Defesa da Unidade. Ainda estava fresca a memória do que ocorrera em 27 de novembro de 1935, quando o próprio Batalhão perdera vidas.

Ainda na mesma madrugada, o Comandante do Batalhão – Coronel **Raymundo Netto Correa** – reunia seus oficiais e buscava colher as informações necessárias para entender o que ocorria. Após lançar patrulhas de reconhecimento, é informado que a Esplanada dos Ministérios estava tomada pelos rebeldes, que as vias de acesso à Esplanada estavam bloqueadas e (ou) patrulhadas e que a Base Aérea de Brasília e a Área Alfa (hoje, quartel dos Fuzileiros Navais) estavam tomadas. Restava apenas ao BGP agir para debelar o movimento. Para tanto, o Coronel **Raymundo** assumiu o comando de elementos do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, da 11ª Companhia de Polícia do Exército e da Bateria de Canhões Automáticos Antiaéreos. O Coronel **Raymundo**, Comandante do Batalhão, dirigiu pessoalmente a ação, pois tanto o Ministro da Guerra quanto o Comandante Militar de Brasília encontravam-se fora da Guarnição.

O Dia "D" seria o dia 12 de setembro. O Movimento, entretanto, foi debelado em menos de 24 horas. A reação da Força Terrestre – entenda-se, do BGP – foi rápida e decisiva. Iniciou-se na Esplanada dos Ministérios, onde os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica

já estavam nas mãos dos rebeldes; reforçou-se a defesa do Ministério da Guerra e o isolamento dos prédios de ambos os Ministérios (Marinha e Aeronáutica). À medida que as ações se desenvolviam, os rebeldes sentiam-se acucados e as possibilidades de êxito lhes eram cada vez mais remotas.

Como resultado, 300 rebeldes acabaram por se entregar às tropas comandadas pelo Coronel **Raymundo Correa Netto**, que, a essa altura, já dispunha de alguns oficiais da Marinha e da Força Aérea em seu Estado-Maior. Já eram quase 17 horas – a revolta já estava debada e tudo sob total controle das tropas legalistas (BGP Ref) –, quando chega à área de operações um Batalhão (-) da Brigada de Infantaria Paraquedista, vindo do Rio de Janeiro, com ordens para substituir a tropa do BGP na guarda dos amotados, o que só ocorreu duas horas mais tarde.



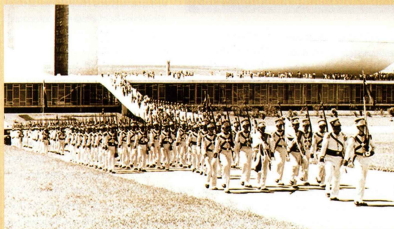
Última formatura do Batalhão de Guardas na antiga sede do Rio de Janeiro antes da transferência para Brasília

Era ainda dia quando o BGP deixando os prisioneiros sob guarda, partiu para a Base Aérea e para a Região Alfa em duas colunas: uma saindo da Esplanada e outra do próprio quartel, sob o Comando do Tenente-Coronel **Antonio Serra**, subcomandante. Em lá chegando, os rebeldes já estavam cientes da situação e não ofereceram a resistência esperada. Logo, outros 200 rebeldes eram detidos e, às 20 horas e 30 minutos do mesmo dia, o movimento que ficou conhecido como "o Levante de Brasília" estava totalmente debelado.

Outros fatos relevantes mereceriam registro, mas, finalizando, cabe salientar o emprego do Batalhão no município de Buritis, MG, para impedir a invasão da Fazenda Cônego da Ponte, de propriedade da família do Senhor **Fernando Henrique Cardoso**, então Presidente da República. Entre novembro de 1999 e 2002, foram onze as vezes em que o BGP recebeu missões desse tipo, cumprindo-as sempre com invulgar capacidade, rapidez e eficiência.

Atualmente, o "Batalhão Duque de Caxias" – denominação histórica da Unidade – permanece no cumprimento de suas inúmeras missões constitucionais, segundo as quais deve guardar as instalações presidenciais, realizar o Cerimonial Militar da Presidência da República, do Ministério da Defesa e do Comando do Exército, bem como participar de operações na Garantia da Lei e da Ordem. Seu soldado, "o Granadeiro", orgulha-se por ser legítimo herdeiro de Caxias e por suas participações ao longo de nossa História, sempre em defesa dos valores e princípios que dignificam a Nação brasileira.

"A Guarda morre, mas não se rende." ➔



Abertura do Congresso Nacional – 1972

Construção do Quartel-General do Exército



Com o mesmo espírito que norteou a construção da Capital Federal, o Exército Brasileiro edificou as atuais instalações do seu Quartel-General (QG), onde passou a funcionar os órgãos administrativos e operacionais da Força Terrestre, que ainda se encontram na cidade do Rio de Janeiro.

Como primeira providência, ocorreu a vinda da Comissão Especial de Obras I – CEO I, em 8 de novembro de 1960, de Deodoro no Rio de Janeiro, com a missão de planejar, construir, reparar e manter os quartéis e residências no âmbito da 11ª Região Militar, visando à conservação do patrimônio público, à operacionalidade da tropa e ao bem-estar da família militar.

As obras do QG tiveram início em 1969 e a sua conclusão aconteceu em 1973. O projeto arquitetônico é obra de **Oscar Niemeyer** e o projeto paisagístico é de **Burle Marx**.

Em frente ao QG, destaca-se o Palanque Monumental

destinado às cerimônias cívico-militares. Essa obra, conhecida como "Concha Acústica", também de autoria de **Oscar Niemeyer**, tem estrutura de concreto aparente, ocupando uma área de 4750 m².



"Concha Acústica" e obelisco em fase de construção



Coronel Eduardo Henrique Ellery, Chefe da CEO I de 1968 a 1972, em visita às obras do QG

No local, há um obelisco de 35m de altura. O conjunto palanque e obelisco representam a espada do Duque de Caxias, o Patrono do Exército, onde o palanque simboliza o "Copo da Espada" e o obelisco lembra a "lâmina". O resultado deste conjunto é de grande beleza arquitetônica.

O Palanque Monumental também possui uma ótima acústica e o som se reproduz em eco.

Do outro lado da Avenida do Exército, encontramos a Praça dos Cristais, que se caracteriza por ser um local agradável, belo e organizado, modernizando-se por si só e na medida em que o tempo passa.

A estrutura peculiar do QG do Exército lembra um grande

forte militar, o que inspirou os visitantes a batizá-lo de "Forte Apache".

Complementando o conjunto das instalações, convém ressaltar o "Teatro Pedro Calmon" com 1760 metros quadrados. Possui 1164 cadeiras e uma área de palco de 330 metros quadrados. O design estiliza uma barraca de acampamento. No saguão do teatro, encontra-se uma exposição permanente de peças históricas do Exército Brasileiro e de imagens alusivas à Força Terrestre.

Em 1976, a CEO I transformou-se na Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (CRO/11 – 11ª RM), mantendo-se empenhada na modernização e melhoria dos aquartelamentos e

próprios nacionais no âmbito da região militar.

No ano de 2009, iniciaram-se os trabalhos de construção das novas instalações do Comando Militar do Planalto, 11ª Região Militar e Secretaria de Economia e Finanças, que serão transferidos da Esplanada dos Ministérios para junto do antigo QG, que permite à Força Terrestre maior coesão, unidade de comando e emprego no exercício de sua missão constitucional.

Hoje, idealizado pelas mais modernas das arquiteturas, o Quartel-General do Exército destaca-se majestático no Setor Militar Urbano, acolhendo a Força Terrestre, que muito fez pela concretização do sonho de transferência da Capital Federal para o altiplano central. 🌿



Frente do Quartel-General do Exército momentos antes da chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército em 1971



OBELISCO
CONCHA ACÚSTICA
TEATRO PEDRO CALMON

BLOCOS
A B C D E F G H

GARAGENS

BLOCO J

FUTURAS INSTALAÇÕES

BLOCO A – Início das obras em 1969 e conclusão em julho de 1970. Firma construtora: Rabelo.
BLOCOS B, C, D, E – Início das obras em 1970 e conclusão em março de 1972. Firma construtora: CETENCO.
BLOCO J – Início das obras em 1970 e conclusão em agosto de 1971. Firma construtora: CETENCO.

BLOCO H – Início das obras em 1971 e conclusão em novembro de 1973. Firma construtora: Ocidental.
BLOCOS F, G – Início das obras em 1971 e conclusão em março de 1973. Firma construtora: Serveng Sivilsan.
GARAGENS DE APOIO – Início das obras em 1972 e conclusão em dezembro de 1973. Firma construtora: CIGLA.

Exército no cenário esportivo

De olho nos Jogos Mundiais Militares

Como parte da preparação para os V Jogos Mundiais Militares, os atletas verde-oliva vêm participando de diversas competições ao longo deste ano, em âmbito nacional e internacional. Os bons resultados obtidos indicam que o Exército Brasileiro estará muito bem representado nesse grande evento esportivo, que será realizado em 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se, além do empenho nos treinamentos, o forte espírito de equipe dos militares brasileiros.

Atleta estabelece dois recordes no Atletismo

Na 2ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Atletismo Aberto de Masters, realizada no Estádio Célio de Barros – Complexo Esportivo do Maracanã (RJ), o Exército Brasileiro fez-se representar pelo 3º Sargento **Artemio Kovalski**, do Esquadrão de Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Uruguaiana-RS). O atleta venceu as provas de Lançamento de Disco e Lançamento de Martelo, estabelecendo novo recorde nas duas modalidades. Obteve também a 2ª colocação no Lançamento de Dardo.

As competições desenvolveram-se nos dias 24 e 25 de abril de 2010 e o militar alcançou índice nas três provas para representar o Brasil no Campeonato Sul-Americano de Atletismo 2010, que será realizado na cidade de Santiago-Chile no mês de novembro.



Conquista inédita e histórica da Esgrima Militar do Brasil



Desde 1947, o Brasil vinha sendo representado nos Campeonatos Mundiais Militares de Esgrima (CMME), do CISM, com um efetivo de dez militares. Na 42ª edição dessa competição, na Venezuela, foi diferente.

Ao participar desse importante evento esportivo, que ocorreu no último mês de abril, a equipe brasileira fez história para o desporto militar brasileiro, considerando os seguintes aspectos inéditos: concorreu com uma delegação de vinte brasileiros, totalizando quatro equipes participantes, uma delas feminina (espada); participou com três árbitros militares, todos arbitrando as finais trajando a farda do Exército; houve a presença de técnicos civis brasileiros; cooperação da Confederação Brasileira de Esgrima (treinamentos, técnicos, atletas e árbitros); e participação de atletas de alto rendimento (medalhistas olímpicos e mundiais) na esgrima militar.

A Seleção Brasileira conquistou a inédita medalha de bronze para a Equipe de Florete Masculino.

Equipe feminina de Pentatlo Militar sobe ao pódio na Itália

A Equipe Brasileira participou da 6ª Copa Internacional de Pentatlo Militar, realizada em Lecce-Itália, no período de 24 a 30 de maio, oportunidade em que obteve excelentes resultados.

A equipe masculina e a equipe feminina conquistaram, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar na classificação por equipes. Participaram dessa Copa os seguintes países: Albânia, Bielorrússia, Holanda, Itália, Venezuela, Áustria, Bélgica, Estônia e Noruega.

Merce destaque a equipe feminina, que, pela primeira vez, conquistou uma medalha em competição dessa envergadura.



Equipe feminina de Voleibol vence Campeonato Mundial

No dia 1º de junho deste ano, a Seleção Militar Brasileira de Voleibol venceu a Alemanha e conquistou o título do 31º Campeonato Mundial Militar de Voleibol Feminino, disputado na Base dos Fuzileiros Navais de Cherry Point, no Estado da Carolina do Norte-EUA.

Durante esse campeonato, o Brasil fez uma excelente campanha, vencendo a maioria das partidas com tranquilidade. No jogo final, após um início equilibrado, a equipe brasileira foi, aos poucos, impondo-se sobre as alemãs, campeãs mundiais de 2009. O título tem um valor especial por ser a primeira participação de uma equipe militar brasileira feminina no Campeonato Mundial Militar de Voleibol.

Na cerimônia de premiação, foram homenageadas as jogadoras destaques em cada fundamento e a melhor do campeonato. A 3ª Sg **Fernanda Garay** foi eleita a melhor jogadora

da competição; a 3ª Sg **Juciely**, melhor bloqueio; e a 3ª Sg **Ana Cristina**, como melhor saque.

O troféu da competição – “Challenge Cup”, entregue a 3ª Sg **Camilla Adão**, capitã da equipe brasileira, ficará sob a guarda da delegação do Brasil, junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), até o próximo campeonato mundial em 2011.

	PAÍS	1º SET	2º SET	3º SET
BRASIL	CANADÁ	25/02	25/09	25/10
	ALEMANHA	25/11	25/11	25/14
	ITÁLIA	25/12	25/10	25/03
	HOLANDA	25/06	25/07	25/05
	EUA	25/10	25/10	25/11
	ALEMANHA	25/10	25/16	25/14



Pódio para a Seleção de Atletismo na Espanha

A Equipe Brasileira de Atletismo, entre os dias 4 e 6 de junho, participou do XIV Campeonato Ibero-Americano, realizado em San Fernando-Espanha.

No quadro geral de medalhas, a seleção conquistou um inédito 3º lugar. Merecem destaque, na competição, os atletas militares brasileiros que obtiveram os resultados discriminados a seguir:



3º Sargento Sabine Letícia Heitling



3º Sargento Jaílma Sales de Lima

	ATLETAS	MEDALHAS
BRASIL	Soldado Nilson de Oliveira André	Medalha de Ouro nos 100 metros rasos
	Marinheiro Ana Cláudia	Medalha de Ouro nos 200 metros rasos
	3º Sargento Vanda Ferreira Gomes	Medalha de Ouro no revezamento 4x100 metros
	3º Sargento Tháissa Barbosa Presti	
	3º Sargento Bárbara da Silva Leônico	
	3º Sargento Fábio Gomes da Silva	Medalha de Prata no salto com vara
	3º Sargento Sabine Letícia Heitling	Medalha de Bronze nos 2.000 metros com obstáculos
	3º Sargento Jaílma Sales de Lima	Medalha de Bronze nos 400 metros rasos

Deu Ouro no Campeonato Europeu Militar de Triatlo do CISM

No período de 19 a 21 de junho, ocorreu na cidade de Otepää-Estônia, o Campeonato Europeu Militar do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), no qual a Equipe Militar do Brasil obteve excelentes resultados.

Na competição masculina, o Brasil ganhou a medalha de ouro por equipe. No feminino, conquistou a medalha de prata, com as quatro atletas entre as sete primeiras colocadas. A Seleção Brasileira também conquistou a medalha de ouro na competição por equipe mista, na qual contam os dois melhores resultados masculinos e o melhor resultado feminino.



	EQUIPE MASCULINA	EQUIPE FEMININA
COLOCAÇÃO	2º lugar - Sargento Bruno Matheus	4º lugar - Sargento Vanessa Gianinni
	3º lugar - Sargento Marcus Vinicius Fernandes	5º lugar - Sargento Pamela Oliveira
	5º lugar - Sargento Reinaldo Colucci	6º lugar - Sargento Carla Moreno
		7º lugar - Marinheiro Fernanda Garcia

Seleção Brasileira de Pentatlo Moderno é destaque em Mundial Militar

A Seleção Militar Brasileira de Pentatlo Moderno conquistou expressivos resultados no 41º Mundial Militar dessa modalidade, realizado no período de 1ª a 4 de julho, na cidade de Praga-República Tcheca.

A equipe brasileira feminina, composta pelas 3º Sargentos Yane, Priscila e Larissa, obteve a medalha de bronze, com destaque para a 3º Sargento Yane, que conquistou a medalha de prata na prova individual.

Além disso, a representação brasileira também conquistou o Troféu "Fair Play", pela demonstração de espírito de equipe, amizade e camaradagem entre os seus integrantes.



Maratona da Cidade do Rio de Janeiro

Em 18 de julho de 2010, a 3º Sargento Sirlene de Souza Pinho foi a grande vencedora da Maratona da Cidade do Rio de Janeiro, com o tempo de 2 horas 43 minutos e 15 segundos, com mais de 2 minutos de vantagem sobre a segunda colocada.

No masculino, classificaram-se em oitavo e nono lugares, o Soldado José Gutemberg Ferreira e o Cabo João Paulo de Souza, respectivamente.



Sistema Colégio Militar do Brasil é destaque no ENEM 2009

O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, no dia 19 de julho de 2010, o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2009.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado pelo Inep em 1998 e tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Destina-se aos alunos concluintes do Ensino Médio. Em 2009, devido à reformulação metodológica, foi composto por Redação e Provas Objetivas em quatro áreas do conhecimento: línguas, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias.

Classificando quatro colégios dentre as 20 melhores escolas públicas do país, o Sistema Colégio Militar do Brasil, mais uma vez, alcançou expressivo resultado no ano de 2009, comprovando a excelência do seu ensino.

A Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), que coordena e supervisiona a educação básica e a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos Colégios Militares, segue investindo na educação integral e cumprimento todos os discentes, docentes e agentes de ensino que contribuiram para mais essa conquista. Estamos no caminho certo de um ensino integral e moderno, que cultiva valores e tradições, para engrandecer a Nação Brasileira! ➔

SICMB NO ENEM 2009							
Colégio Militar	Média Total (Objetiva e Redação)	Class. Públicas Brasil	Nacional	Class. Estado		Class. Município	
				Geral	Pública	Geral	Pública
CMCG	704,30	9º	46º	3º	1º	3º	1º
CMS	692,09	13º	92º	4º	1º	2º	1º
CMDF	686,07	19º	122º	17º	5º	2º	2º
CMBH	685,92	20º	123º	18º	6º	3º	2º
CMR3	675,72	38º	224º	53º	9º	43º	9º
CMB	673,73	43º	259º	7º	1º	7º	1º
CMC	668,99	49º	328º	5º	3º	4º	3º
CMFA	667,06	55º	353º	10º	3º	2º	1º
CMH	658,59	68º	528º	4º	1º	4º	1º
CMR	656,02	78º	592º	6º	2º	5º	2º
CMF	638,12	128º	1169º	148º	5º	10º	3º
CMSS	637,40	127º	1128º	71º	6º	10º	3º

Fonte: Ministério da Educação/Inep



CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

Colégio Militar de Manaus recebe prêmio internacional

O Curso Regular de Ensino a Distância (CREAD) do Colégio Militar de Manaus (CMM) é uma inovação importante do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) e vem conquistando destaque nacional e internacional.

O objetivo do Ensino a Distância é oferecer educação básica de qualidade aos filhos e dependentes de militares que sofrem as consequências educacionais advindas de frequentes movimentações.

Em 2002, após levantamentos e estudos, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) passaram à fase de execução do CREAD no Colégio Militar de Manaus. A partir de sua missão institucional, o DECEX concentrou-se no público-alvo, composto por filhos e dependentes de militares que estivessem prestando serviço na região amazônica, particularmente em alguns dos Estados

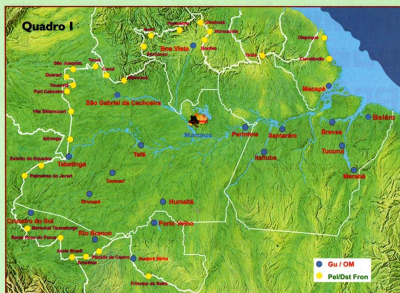
sob jurisdição do Comando Militar da Amazônia: Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Roraima (Quadro I, pg. 55). A referida escolha teve como parâmetros: as peculiaridades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as dificuldades que essa importante região do País possui no que se refere ao acesso às tecnologias da informação e comunicação, as peculiaridades culturais e as enormes distâncias entre as localidades e destas em relação aos centros urbanos.

A partir de 2004, o projeto passou a atender também aos dependentes de militares que servem no Exterior e que também passam por dificuldades devido às consideráveis diferenças existentes entre o sistema educacional brasileiro e o de países onde os militares se encontram a serviço, realizando cursos ou outras atividades oficiais. Ainda nesse contexto, o Exército, sabedor de que as dificuldades são sentidas pelos militares das três Forças, ampliou as ações para o atendimento ao pessoal da Marinha e da Aeronáutica.

Evolução Permanente

O CREAD atende, em média, 400 alunos por ano, já tendo passado pelo projeto mais de 2500 alunos. Passada a fase inicial, o Curso Regular de Ensino a Distância do CMM se encontra em sua fase de consolidação e possui alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental e nas três séries do Ensino Médio, na área do CMA e no Exterior, particularmente no Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Suriname, Colômbia, Equador, Guatemala, El Salvador, México, EUA, Canadá, Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Polônia,





Locais do Comando Militar do Amazônia que possuem alunos matriculados no CREAD/CMM

Espanha, Holanda, Bélgica, Itália, Israel, Moçambique, Angola, África do Sul, Namíbia, Indonésia, Japão, Rússia, China e Índia (Quadro II).

Em termos de material didático e mídias, são utilizados materiais impressos, CD-ROM, DVD e Internet. Nesta, a utilização de softwares livres para a instalação e funcionamento do portal educacional e do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) se

mostrou extremamente eficaz.

A adaptação ao sistema foi plena, tanto por parte dos alunos quanto pelos docentes. Nesse contexto, destacam-se os softwares Moodle e Mamba, que, além das possibilidades oriundas de suas características básicas, destinadas à gestão de sistemas de aprendizagem e portal de informações, possuem funcionalidades que permitem a interatividade dos professores com os alunos e destes entre si; redução em 30% dos gastos com transportes e tempo do fluxo logístico; e possibilidade de desenvolvimento interdisciplinar e adequado dos aspectos pedagógicos.

Além do ambiente virtual de aprendizagem, todas as mídias utilizadas são de fundamental importância. No que se refere ao material impresso, passou-se dos livros didáticos de ensino presencial para um conjunto harmônico e escrito especialmente para a educação a distância. Por sua vez, o uso do CD-ROM e do DVD permitiram um acréscimo de qualidade tão notável quanto o



Países que possuem alunos matriculados no CREAD/CMM

AVA. Jogos, filmes, atividades lúdicas e informações puderam chegar a todos os alunos, universalizando o acesso aos conteúdos com pleno êxito. Se considerada a evolução do projeto, observa-se que, juntas, as quatro tecnologias permitiram uma redução de 40% em relação aos custos que se tinha inicialmente.

Para validar as ações, são realizadas pesquisas antes, durante e depois de o aluno sair do projeto, procurando assim traçar um perfil completo de sua situação. As últimas avaliações apontaram que 96% dos pais e alunos consideram o curso de Ensino Fundamental e Médio variando entre os conceitos "excelente" e "muito bom". Verifica-se ainda que 87% dos alunos que retornam ao ensino presencial têm rendimento igual ou superior ao que possuíam antes de cursar o EAD / CMM.

Premiação Learning Impact Awards

Desde a sua criação, em 2002, o CREAD/CMM acumulou diversos prêmios, dentre os quais: Prêmio E-learning Brasil, Prêmio Qualidade do Amazonas, Excelência Gerencial do Exército Brasileiro e Votos de Destaque da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em 2009, sagrou-se vencedor do Prêmio do Instituto Claro – Novas Formas de Aprender, em que o programa concorreu com mais de 540 instituições de todo o Brasil.

O Learning Impact Awards é um concurso mundial que premia as instituições de ensino que utilizam modernas tecnologias de apoio à aprendizagem, com ênfase em produtos, serviços e aplicações com impacto sobre a indústria de ensino.

Em 2010, convidado a participar do concurso e após superar as fases classificatórias, o CREAD/CMM foi o único representante brasileiro na final, que tinha projetos concorrentes de mais cinco países: EUA, Reino Unido, Itália, Austrália e Coreia.

A premiação foi realizada em duas categorias: "novas experiências" e "experiências já estabelecidas". O CREAD/CMM participou como único projeto do Brasil selecionado para a final na categoria "experiências já estabelecidas".

A defesa presencial do projeto foi realizada no período de 17 a 20 de maio do corrente, na cidade de Long Beach–Califórnia, nos Estados Unidos da América, pelo Major Robson Santos da Silva e pelo Capitão Adolfo de Oliveira Franco, ambos do Colégio Militar de Manaus.

O Learning Impact Awards é promovido pelo IMS Global Learning Consortium, instituição internacionalmente reconhecida por buscar a qualidade didática e técnica para o e-learning e, desta feita, o CMM sagrou-se "Vencedor Gold", tendo sido avaliado juntamente com outros 70 projetos de 15 países.



Da esquerda para a direita: duas participantes também premiadas (Holanda e Inglaterra), Cap Adolfo Franco e Maj Robson Santos da Silva do CMM, e o Professor Stavros, Diretor de EAD da FGV

Personagem da nossa história

Uma de suas ideias contidas em um documento intitulado "Lembranças e Apontamentos" era a fundação de uma cidade central no interior do Brasil, como efetivamente aconteceu no século XX com Brasília, para assento do Governo Nacional.

Segundo filho de **Bonifácio José Ribeiro**, casado com sua primeira **Maria Bárbara da Silva**, nasceu em Santos, no dia 13 de junho de 1763. Enviado para estudar na Capitania de São Paulo, cedo demonstrou vocação pela poesia e para as pesquisas científicas, embora fosse orientado por seu pai para seguir a carreira eclesástica, pela qual não demonstrava o mínimo pendor.

Seguiu para Portugal, em 1783, matriculando-se na Faculdade de Direito de Coimbra, onde estudou Direito e Filosofia. O pensamento liberal levava **José Bonifácio** a pensar na autonomia da América e, já nessa época, era contra a escravização de Índios e negros no Brasil. Em 1789, formado em Direito e Filosofia, foi admitido como sócio livre da Academia de Ciências de Lisboa, dedicada à pesquisa e à introdução de novas técnicas no Reino, o que lhe abria os caminhos de uma carreira de cientista.

Escolhido para empreender, à custa do Real Erário, uma excursão científica pela Europa, com o objetivo de adquirir, por meio de viagens literárias e explorações filosóficas, os conhecimentos mais perfeitos de Mineralogia e mais partes de Filosofia e História Natural, passou pela França, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Inglaterra e Escócia. Ao fim da longa viagem de estudos, que durou dez anos, casou-se com **Narcisca Emília O'Leary**, de descendência irlandesa. Como cientista conhecido e consagrado, retornou para Portugal, em setembro de 1800. Começou lecionando Mineralogia na Universidade de Coimbra e o seu interesse de desenvolver a ciência naquele país não prosperou, pois não lhe facultaram os recursos indispensáveis ao trabalho.

Devido à ocupação francesa em Portugal e à vinda da família real para o Brasil, participou das lutas contra **Napoleão Bonaparte**. Como militar, chegou à patente de tenente-coronel, sendo o responsável pela instalação de fábrica de munições, e também comandou tropas de infantaria no ataque direto ao inimigo. Retornou ao Brasil em 1819, com 56 anos de idade, acompanhado pela esposa, filha e criados. Agora a Colônia era Reino Unido e a sede da Monarquia.

No Brasil, **José Bonifácio** tornou-se amigo inseparável de seu irmão **Martin Francisco**, que se casara com sua filha **Gabriela**, e juntos fizeram várias excursões mineralógicas. Entretanto, envolvido em acontecimentos políticos como a volta de **D. João VI** para Portugal e a permanência do Príncipe Regente no Brasil — "O Dia do Fico" —, tornou-se peça importante no esquema político conciliatório no sentido de manter a autoridade de **D. Pedro I** junto



José Bonifácio de Andrada e Silva

às províncias. Nomeado Ministro do Reino e de Estrangeiros, em nove meses conseguiu apianar o caminho da Independência, que se fezera dentro da ordem, afirmando a autoridade constituída e preservando a unidade nacional. Seguramente foi o responsável pela adesão de **D. Pedro** ao movimento de emancipação.

Após a Proclamação da Independência, **D. Pedro** vinha sofrendo o assédio de grupos que se diziam representantes genuínos do sentimento popular, politicamente contrários a **José Bonifácio**. Em decorrência de manobras políticas e de forte campanha antiportuguesa, **D. Pedro** dissolveu a Constituinte, prendendo **José Bonifácio**, seus irmãos e alguns outros deputados, embarcando todos eles em um velho navio português que seguia para a Europa.

Depois do exílio, com 66 anos de idade, na viagem de volta para o Brasil, onde pretendia terminar seus dias realizando trabalhos científicos, ocorreu o falecimento de sua esposa. A amizade que reatara com o Imperador frustrou-lhe os planos, pois **D. Pedro** — que o considerava probo, honrado, patriota e seu verdadeiro amigo — nomeou-o tutor de seus filhos, embora a Câmara fosse contra essa decisão. Essa situação arrastou-se para a área parlamentar e, por estar ligado a partidários do Imperador, tornou-se alvo de inúmeros ataques do Parlamento, com a intenção de inimizá-lo como conspirador e destituí-lo da tutoria.

Em 14 de setembro de 1833, o futuro **D. Pedro II** foi retirado dos cuidados de seu tutor, que, com 70 anos de idade, permaneceu preso em sua casa na ilha de Paqueta. A nova situação lhe trouxe a paz que tanto buscava. Aproximava-se o fim do homem que moldara a independência brasileira: estudante valeroso, poeta, deputado, cientista, soldado que lutara contra **Napoleão**, membro da Academia de Ciências de Lisboa, membro de sociedades de pesquisas na Europa, catedrático de Mineralogia em Coimbra, Vice-Presidente da Província de São Paulo, ministro do Império e tutor de um Imperador.

José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido pelo epíteto de "Patriarca da Independência", morreu às 3 horas da tarde do dia 06 de abril de 1838. ➔

ADQUIRA SEU IMÓVEL



O **Exército Brasileiro** ajuda você, Militar, a realizar o sonho do imóvel próprio. Saiba como adquirir o seu, com taxas de juros reduzidas e desconto de até 20% sobre o valor de mercado. Acesse:

<http://programamoradia.dgp.emb.mil.br>



EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mão Amiga

PROGRAMA MORADIA

Construindo com a Família Militar

Apoio:



25 DE AGOSTO DIA DO SOLDADO



EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mão Amiga